

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JOABE BERRIEL DA SILVA

A ESTRATÉGIA NAVAL DA REPÚBLICA DA CHINA:

a necessidade de proteção das Linhas de Comunicações Marítimas à luz da Teoria de Mahan.

Rio de Janeiro

2018

CC JOABE BERRIEL DA SILVA

A ESTRATÉGIA NAVAL DA REPÚBLICA DA CHINA:

a necessidade de proteção das Linhas de Comunicações Marítimas à luz da Teoria de Mahan.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG(Ref) José A. Abreu de Moura

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado mais essa oportunidade, me guiando durante essa jornada e permitindo superar mais esse desafio.

À minha esposa, Danielle e minhas filhas Ana Clara e Giovanna, pela paciência e amor incondicional que dispensaram a mim durante todo o período de ausência na elaboração deste trabalho.

Aos meus pais, Paulo e Creuza pela educação e valores sólidos que me transmitiram durante a vida.

Ao Capitão de Fragata (RM1) Nagashima pela motivação ao ministrar as aulas de metodologia e a incansável dedicação aos Oficiais-Alunos.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref) José Augusto Abreu de Moura, meu orientador, pela disponibilidade, pelas críticas assertivas e construtivas, por todos os ensinamentos e incentivos durante nossas reuniões, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos companheiros da turma C-EMOS 2018, pelos debates enriquecedores e pela cordialidade em todos os momentos.

À Escola de Guerra Naval, bem como à Marinha do Brasil, pela oportunidade oferecida no aprimoramento pessoal e profissional.

RESUMO

O crescimento econômico da República Popular da China nas últimas décadas deu-lhe o status de potência econômica mundial e tornou latente sua dependência energética e alimentar, fazendo com que suas atenções voltassem para o mar, principal via de acesso de tais insumos. Nesse contexto, os oceanos ganham elevada relevância na elaboração das estratégias militares e na busca pelo desenvolvimento do Estado. Os fatores econômicos aliados a questões históricas e geográficas são o centro das disputas, principalmente no Mar do Sul da China, por ser uma rota importante do comércio mundial e possuir uma diversidade de riquezas. Assim, pode-se observar como principal problema para a estratégia naval chinesa como sendo a conformação territorial do seu entorno estratégico, que aliada aos seus interesses comerciais impulsiona a marinha chinesa a projetar-se para operar em águas distantes. O propósito dessa pesquisa é analisar como a geografia do Mar do Sul da China influencia sua estratégia naval em relação ao Oceano Índico e Pacífico, a luz dos preceitos do almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914). Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, e empregada a metodologia descritiva e analítica. O trabalho apoiou-se na teoria do Poder Marítimo de Alfred Thayer Mahan com foco na proteção das Linhas de Comunicação Marítimas, analisando a influência da geografia do Mar do Sul da China na evolução da Estratégia Naval chinesa no período de 1980 a 2015. Foi realizada uma análise da influência da geografia na formulação da estratégia naval e a importância das Linhas de Comunicação Marítimas para a continuidade do desenvolvimento chinês. Após a análise da teoria apresentada com os aspectos geográficos e geopolíticos, bem como a evolução da estratégia naval, concluiu-se que a estratégia naval chinesa tem tendências em expandir suas áreas de influência para além de seu entorno estratégico de maneira a ter um alcance global, garantindo o controle do mar.

Palavras-chave: República Popular da China. Mar do Sul da China. Poder Marítimo. Linhas de Comunicação Marítimas. Estratégia Naval.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Triângulo estratégico de Mahan aplicado aos EUA.....	57
Figura 2 - Mar do Sul da China.....	58
Figura 3 - Primeira e Segunda cadeia de ilhas.....	59
Figura 4 - Rota petrolífera no Estreito de Málaca.....	60
Figura 5 - Triângulo estratégico de Mahan transportado para o domínio Chinês com vértices em Taiwan, Estreito de Málaca e Paquistão.....	61
Figura 6 - Área de abrangência das Estratégias “ <i>Offshore waters defense</i> ” e “ <i>Open seas protection</i> ”.....	62
Tabela 1 - Relação entre áreas terrestres e marítimas das 10 maiores economias do mundo, ordenadas pelo PIB de 2012.....	63
Tabela 2 - Investimento militar da China no período de 1989 a 2012.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	<i>Anti-Access/Area Denial</i>
CMC	Comissão Militar Central
EPL	Exército Popular de Libertação
EMC	Estratégia Militar da China
EUA	Estados Unidos da América
LBD	Livro Branco de Defesa
LCM	Linhas de Comunicações Marítimas
MEPL	Marinha do Exército Popular de Libertação
MSC	Mar do Sul da China
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
RPC	República Popular da China
TO	Teatro de Operações
ex-URSS	ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	MAHAN E SEU LEGADO PARA ESTRATÉGIA MARÍTIMA	11
2.1	Fundamentos para o desenvolvimento do Poder Marítimo	12
2.2	A importância das Linhas de Comunicação Marítimas, Pontos Focais, Bases Avançadas e Triângulos Estratégicos	16
2.2.1	Linhas de Comunicações Marítimas	17
2.2.2	Pontos Focais	18
2.2.3	Bases Avançadas	18
2.2.4	Triângulos Estratégicos	19
2.3	Conclusão Parcial	20
3	A GEOPOLÍTICA, GEOESTRATÉGIA MARÍTIMA DA CHINA E SUAS INFLUÊNCIAS	22
3.1	A Geografia e seu Poder	23
3.1.1	O Mar do Sul China	26
3.1.2	Estreito de Málaca	30
3.1.3	Cadeia de Ilhas	31
3.2	Conclusão Parcial	33
4	A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA	34
4.1	A Estratégia “ <i>Offshore waters defense</i> ”	40
4.2	A Estratégia “ <i>open seas protection</i> ”	43
4.3	Conclusão Parcial	47
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	53
	ANEXOS	57

1 INTRODUÇÃO

Após as reformas realizadas por *Deng Xiaoping*¹ (1904-1997) na década de 1970, a República Popular da China (RPC) passou a experimentar altas taxas de crescimento econômico, acarretando um aumento em seu comércio exterior e em sua demanda de energia. Com suas reservas internas insuficientes para suprir seu consumo, o petróleo e o gás natural importados são recursos vitais para a manutenção de sua sustentabilidade, ou seja, qualquer corte nesse fornecimento ou aumento de preços a níveis inviáveis poderiam ameaçar sua estabilidade econômica e política. Sendo assim, pode-se depreender que na medida em que o crescimento econômico se mantiver estável e as reservas internas de petróleo tenderem a ter o mesmo ritmo de produção, a China deverá intensificar suas importações, aumentando sua dependência do comércio marítimo de energia, matérias-primas e mercadorias. Nesse contexto, os oceanos ganham destaque como vias de transporte para o comércio mundial, como fonte de recursos naturais, como meio de disseminação de informações e como domínio estratégico.

Como já previa no século XIX o almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914), é necessário que o Estado proteja suas rotas marítimas, de maneira a preservar seus interesses, pois o controle dessas rotas é a chave para o crescimento de suas riquezas. O mar deveria ser usado em proveito do Estado, que precisaria fortalecer e investir em uma Força Naval capaz de proteger suas Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) e impedir o inimigo de fazer o uso do mar.

A despeito dos preceitos de Mahan estarem relacionados com uma época distinta da atual, eles suscitaram o que se considera ainda hoje, como a missão primordial das Forças Navais, que é a de proteção das LCM.

¹ Deng Xiaoping foi um líder comunista da RPC do final dos anos 1970 até sua morte em 1997. Ele abandonou muitas doutrinas comunistas ortodoxas e tentou incorporar elementos do sistema de livre iniciativa e reformas nos setores da agricultura, indústria e comércio, ciência e tecnologia e na área militar. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Deng-Xiaoping>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Para proteger os interesses marítimos territoriais e econômicos, a China tem a necessidade de possuir uma Marinha com capacidade e credibilidade. Os crescentes investimentos realizados na área de defesa, representam a preocupação dos dirigentes do Partido Comunista Chinês (PCC) com a ampliação e modernização de suas Forças Armadas, em especial na Marinha de Guerra.

A seguinte questão de pesquisa se coloca: Como a geografia do Mar do Sul da China (MSC) influencia sua Estratégia Naval em relação ao Oceano Índico e Pacífico?

Para respondermos essa questão assumimos a hipótese de que a estratégia naval chinesa tem tendências mahanianas, e está realmente se expandindo para áreas fora do seu entorno, para ao final do estudo verificar sua validade ou não.

A relevância do estudo deste tema é fundamentada na conveniência de um aprofundamento das questões concernentes a relação da conformação territorial em comparação à Estratégia Naval, que podem ser úteis para a Marinha do Brasil haja vista a extensão marítima brasileira e sua defrontação para o Atlântico Sul.

O presente trabalho é composto por 5 capítulos, sendo o primeiro a parte introdutória e os seguintes as partes componentes da pesquisa.

No capítulo 2 do trabalho apresentaremos o modelo teórico que selecionamos para o desenvolvimento da pesquisa e apoio ao estudo. Apresentaremos os pontos da teoria que são de maior relevância e interesse para comparação com as hipóteses. Teremos assim, uma plataforma para comparação com os resultados da pesquisa.

No capítulo seguinte, já de posse da teoria e dos tópicos de maior interesse, apresentaremos a Geoestratégia e a Geopolítica marítima chinesa, estabelecendo como estão intimamente ligadas e de que maneira influenciaram na determinação da estratégia naval chinesa, relacionando os aspectos geográficos e descrevendo os aspectos geoestratégicos do

Mar do Sul da China (MSC) com foco no estreito de Málaca.

No capítulo 4 deste trabalho discorreremos sobre a evolução da estratégia naval chinesa de 1980 até 2015, comparando-as com a teoria, e verificaremos se a estratégia naval chinesa está buscando realmente se expandir para áreas fora do seu entorno.

Finalmente, no último capítulo apresentaremos as conclusões da pesquisa e indicaremos como a Geografia do MSC influencia a Estratégia Naval chinesa, além de apontarmos algumas linhas para investigação futura.

2 MAHAN E SEU LEGADO PARA ESTRATÉGIA MARÍTIMA

O Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) foi um distinto oficial da Marinha estadunidense que formulou de maneira brilhante, postulados que notoriamente o distinguiram como grande estrategista naval. Dessa forma, suas fundamentações teóricas influenciaram políticas de governos de sua época, principalmente devido ao contexto expansionista em que viviam, e até hoje, influenciam políticas no mundo.

Sua obra mais importante e conhecida *The Influence of Sea Power Upon History, 1680-1783*², publicada em 1890, buscou na história a conexão com a prática, fazendo uma correlação a uma série de preceitos e lições que poderiam ser úteis para auxiliar na formação dos futuros comandantes na Marinha dos Estados Unidos da América (EUA) (PARET, 2001).

Mahan (1890) argumenta que os negócios marítimos tinham um grande e decisivo efeito sobre o curso da história e a prosperidade dos Estados, vislumbrando com isso a preocupação com o mar e a necessidade de o Estado protegê-lo, a fim de preservar seus interesses. Observando sua obra, nota-se a afirmação de que um Estado possuidor de extenso litoral e ambições marítimas, poderia alcançar condições de se fortalecer e obter capacidades necessárias para superar as potências terrestres (ALMEIDA, 2015).

Por ser um estudioso da história, e notoriamente demonstrar motivação pelos assuntos ligados ao comércio e ao mar, Mahan consagrou-se como profundo conhecedor do Poder Marítimo³, passando a ser respeitado em toda a Europa, EUA e Japão (TOSTA, 1984).

Assim, trataremos nesse capítulo conceitos do Poder Marítimo, detalhando o seu pensamento estratégico e os elementos necessários para o efetivo domínio do mar.

² A influência do Poder Marítimo sobre a história, tradução nossa.

³ O conceito de Poder Marítimo que será empregado nesse estudo, é o mesmo que a Marinha do Brasil emprega na Doutrina Militar Naval (DMN), sendo a projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais (BRASIL, 2017).

2.1 Fundamentos para o desenvolvimento do Poder Marítimo

Antes de discutir o papel do Poder Marítimo na guerra, é importante salientar de que maneira Mahan (1890) percebia a conduta da guerra e sua conexão com a política. Para ele a guerra era simplesmente um movimento político, apesar de violento e excepcional em caráter e que o braço armado aguardava e era subserviente aos interesses políticos e ao poder civil do Estado. A conduta da guerra não era apenas questão de conhecimento e da aplicação de princípios gerais, mas de equilibrado julgamento, sem o qual a informação e as regras, sendo incorretamente aplicadas, se tornariam sem valor. Mahan apontava a estratégia como subordinada à política, da mesma forma como imaginado por Clausewitz (ALMEIDA, 2015).

Nesse contexto, as Marinhas sempre foram conhecidas como símbolos de prestígio e poder dos Estados, devido ao fato da relevância do uso da Marinha como instrumento político, principalmente nas interações entre os Estados que buscam desenvolvimento e segurança. Mahan (1890) usa essa ideia-força e privilegia a ligação entre Poder Marítimo, Poder Nacional⁴ e a hegemonia mundial no campo da política internacional, mostrando a superioridade das conquistas e competições em detrimento da cooperação nas Relações Internacionais (RIBEIRO, 2010).

Mahan (1890) afirma que a importância marítima deve-se ao fato de uma parte considerável dos negócios de um Estado dependerem do litoral. E em tempos de guerra, será necessário o uso do mar para a realização de operações estratégicas e planejamento de sua defesa. Já por outro lado em tempos de paz, deve-se garantir que seus portos tenham mercado pacífico, refúgio e suprimentos (MAHAN, 1890).

⁴ O conceito de Poder Nacional que será empregado nesse estudo, é o mesmo que a Marinha do Brasil emprega na Doutrina Militar Naval (DMN), sendo a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional. Manifesta-se em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2017).

Uma síntese que exemplifica a importância do mar para Mahan estaria associada com a vitória em tempos de guerra e a garantia da riqueza em tempos de paz. Os governos deveriam incentivar o interesse da população em atividades ligadas ao mar e ao mesmo tempo desenvolver as habilidades necessárias para a manutenção de uma Armada forte em tempos de Guerra (MOREIRA,2012).

Conforme descrito anteriormente, em síntese, o Poder Naval pode ser compreendido pela capacidade de influenciar o comportamento de outras pessoas pelo que se faz no mar ou a partir do mar (TILL, 2006).

Com relação a essa tipologia, o Poder Marítimo, tal qual descrito por Mahan (1890), estava fundamentado em quatro pressupostos teóricos fundamentais, que serão discorridos a seguir.

No primeiro pressuposto, Mahan considera essencial o desenvolvimento do Poder Marítimo, ou seja, todas as atividades e recursos relacionados com o mar, de maneira a aumentar a prosperidade e afirmar posição do Estado no cenário internacional. Tal atitude confere supremacia aos elementos básicos deste poder sobre o Poder Nacional. Por isso, existiam alguns fatores fundamentais segundo Mahan para que uma Nação desenvolvesse um grande Poder Marítimo, os quais foram denominados como fontes do Poder Marítimo, descritos a seguir: posição geográfica, configuração física, extensão territorial, população, caráter nacional e caráter do governo, sendo universais e independentes do tempo (PARET, 2001).

A posição geográfica é fator fundamental para desenvolvimento do Poder Marítimo, pois os países insulares têm vantagem sobre os países continentais, haja vista a necessidade de concentração de esforços para a defesa terrestre ser reduzida, além da facilidade de projeção do Poder Marítimo. Tal posição, seria crucial, segundo Mahan, na

determinação da necessidade de concentrar ou dispersar forças. A configuração física, pode favorecer a instalação de portos e ancoradouros facilitando ao acesso das rotas comerciais, devendo-se levar em consideração também a facilidade de escoamento dos produtos da costa para o interior. Em relação à extensão territorial e população, relembra a necessidade de proteger as fronteiras marítimas para evitar a penetração do inimigo no interior do território e ter pessoal em quantidade e qualidade aptos a servir à marinha, fatores fundamentais para se manter a Força naval em tempos de guerra. Em relação ao caráter nacional, a busca por riquezas é indispensável para o desenvolvimento do Poder Marítimo. Esse fator diz respeito a personalidade da população de cada Estado, pois segundo ele, todo povo deveria buscar aumentar sua riqueza e sua prosperidade e as vulnerabilidades do Poder Marítimo, são de alguma forma, a falta de capacidade da população nacional em conseguir acumular riquezas. Por fim, o caráter do governante, refere-se a influência do governo e suas instituições no Poder Marítimo. Para ele, isso dependia muito mais da determinação e motivação dos chefes de governo do que da liberdade dos povos (CARMONA, 2012).

No segundo pressuposto temos uma hierarquia entre os conceitos de objetivo de emprego e objeto do Poder Marítimo. O objetivo era um conceito de nível tático, muito associado às formas particulares de emprego do Poder Marítimo e que contribuía de forma decisiva para a conquista do objeto político. Quando se referia a objeto, tratava de um conceito de nível estratégico, voltado para o interesse nacional e intimamente ligado com o efeito do Poder Marítimo que era o aumento da riqueza e projeção internacional daquele Estado. Nesse contexto, Mahan se baseava na necessidade de uma grande Força Naval, cujo objetivo principal era de proteger a capacidade do país em controlar e usar o mar. Para tal, era necessário a neutralização das Forças Navais que pudessem interferir ou ameaçar o comércio marítimo do Estado, além da possibilidade de privar o oponente desse comércio (RIBEIRO,

2010).

Nesse contexto podemos perceber que para Mahan, o controle do comércio marítimo, era função primordial das marinhas, já que as guerras poderiam ser vencidas com o sufocamento econômico do oponente.

Como terceiro pressuposto, temos que o domínio do mar, passa exclusivamente pela busca da batalha decisiva, apresentando a concentração de forças como princípio da guerra do mar. Nota-se aí um alinhamento com os pensamentos de Antoine-Jomini (1779-1869), já que adotou para a guerra naval os mesmos princípios de Jomini na estratégia terrestre. Com isso, mostra a centralidade do Poder Marítimo na história, como chave da estratégia naval, resumindo nesse conceito todos os fatores da eficiência militar na guerra. A partir daí vemos o exercício do domínio do mar, desempenhado por uma vertente estritamente militar, decorrente do Poder Naval e componentes não militares, com responsabilidades do comércio marítimo ultramarinos e com acesso privilegiado aos mercados estrangeiros (RIBEIRO, 2010). Em síntese, Geoffrey Till (2006) descreve o Poder Naval como

O Poder Naval contribui para o poder marítimo, como um de seus vários elementos, para sua proteção, para a obtenção de uma posição vantajosa, até de supremacia ou - o que parece ser a tendência no futuro -, para assegurar o equilíbrio do sistema do comércio marítimo em um mundo globalizado (TILL, 2006, p.12).

Para consolidar sua estratégia naval, Mahan usa alguns princípios de Jomini, que favoreciam a maior concentração possível de forças no ponto decisivo, quais sejam: ocupar uma posição central, operar a partir de linhas interiores e dispor de boas linhas de comunicação (PARET, 2001).

O princípio da concentração de forças, defende a manutenção da esquadra em um local único, a partir do qual poderia ser empregada na busca da esquadra inimiga e da batalha decisiva.

Cabe salientar que quando Mahan trata de domínio dos mares, considera um nível de controle absoluto, que consiste na plena liberdade em operar sem interrupção, o que seria alcançado através da batalha decisiva com a destruição da esquadra inimiga. Devido a vários fatores, tal intensidade de controle é muito difícil de ser alcançada, levando a marinha norte-americana a emitir uma nova doutrina reconhecendo apenas o Controle do Mar, com limites espaciais, temporais e de intensidade que preveem várias operações militares, para o controle necessário ao uso pretendido pela força e que evite o uso pelo inimigo (MOURA, 2014).

Como quarto pressuposto, temos a necessidade de prolongar o tempo de operação da Força Naval em locais longínquos, obtidos com a manutenção bases navais avançadas, para a realização de reparos, descanso da tripulação e a realização de abastecimento (combustível, gêneros, munição etc.). Todos esses fatores combinados, impunham que as marinhas estabelecessem bases em locais que possibilitassem um maior tempo de operação possível das forças. A concessão dessas bases por outros governos era pouco confiável segundo Mahan, que orientava que os Estados deveriam estabelecer colônias ou bases navais autossustentáveis em regiões de relevância estratégica. Sendo assim, bases navais adequadas e com acesso pela esquadra seriam fundamentais para uma estratégia naval bem-sucedida (RIBEIRO, 2010).

2.2 A importância das Linhas de Comunicação Marítimas, Pontos Focais, Bases Avançadas e Triângulos Estratégicos

A partir do momento em que Mahan vincula a riqueza e a grandeza de um Estado a seu Poder Marítimo, com conseqüente domínio dos mares, ele idealiza que os EUA deveriam conquistar ou adquirir instalações e bases navais em ilhas ou em pontos estratégicos (focais) de vias de acesso, que foram cuidadosamente por ele assinalados (RIBEIRO, 2010).

Tais ideias foram assimiladas pelo governo que conquistou diversas possessões em locais estratégicos tais como: Canal do Panamá, Havaí, Ilhas no Caribe, Filipinas. Da mesma forma a ideia de uma Marinha poderosa apoiada em bases estratégicas, a fim de apoiar e proteger as Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) para acumulação de riqueza foi adotada (VACARALLI, 2016).

Com efeito, a Marinha deveria dominar completamente as vias marítimas, devido à indivisibilidade do mar. Para tal três regiões seriam importantes para a completa dominação do mar pelos EUA, surgindo o conceito do triângulo estratégico.

É importante salientar que a geografia militar foi responsável pela criação de um método que foi se aperfeiçoando até se tornar uma nova disciplina que é a Geoestratégia. Esse método dá importância, prioritariamente, ao meio, no qual as Forças Armadas operarão. A geoestratégia coloca como cerne de sua análise as distâncias, fator importante nas guerras atuais (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Serão percorridos a seguir, separadamente esses elementos para obtenção do domínio dos mares.

2.2.1 Linhas de Comunicações Marítimas

Como visto anteriormente, para Mahan a economia internacional era baseada no comércio marítimo, onde os interesses econômicos dos Estados seriam disputados por pura competição ou por mútuo benefício; de tal forma que as comunicações marítimas eram mais eficientes que as terrestres, sendo os mares e oceanos comparados a uma grande planície. Dizia ele que as linhas de comunicação eram linhas de movimento nas quais as esquadras e exércitos eram mantidos em condição de máxima prontidão e em conexão permanente com o Poder Político. Essas linhas não representavam necessariamente linhas geográficas, mas sim

linhas por onde os abastecimentos indispensáveis transitavam, para a manutenção de um Exército ou Estado (ALMEIDA, 2015).

As linhas de comunicação, durante o tempo de guerra, seriam de fundamental importância para a segurança do Estado, ao assegurar transporte de matérias-primas, munições, armas, trânsito de tropas e materiais estratégicos (TOSTA, 1984).

Tendo em vista os aspectos observados, fica evidente que para Mahan o controle das LCM era a chave para o domínio mundial, e para tal, era necessário possuir uma Esquadra forte e com capacidade de proteger de suas LCM e ameaçar as comunicações do inimigo.

2.2.2 Pontos Focais

Segundo Mahan, quando da análise de qualquer teatro de operações ou zona de combate, primordialmente deveria ser considerado a posição ou cadeia de posições que poderiam afetar o controle da maior parte dessa área. Para assegurar esse controle, era indispensável apoderar-se dessas posições estratégicas. A importância de uma posição estratégica residia em sua posição geográfica ter proximidade das principais linhas de comunicação envolvidas na disputa e sua capacidade de apoiar as forças navais, elemento crucial para a obtenção do domínio do mar (ALMEIDA, 2015).

Uma posição estratégica poderia ter ou não uma base militar, sendo que o que prevaleceria era sua posição estratégica em relação as linhas de comunicação. Isso posto, a liberdade da navegação seria garantida, pois a falta de controle de tal posição ameaçaria o fluxo de mercadorias fundamentais para a manutenção do Estado.

2.2.3 Bases Avançadas

Uma base deveria ser uma posição fortificada de apoio a uma força naval e com

diversas facilidades, tais como reparo, manutenção e fundeio, além de serem providas de autodefesa (ALMEIDA, 2015).

Segundo Mahan, a mobilidade estratégica que era necessária para as Esquadras, as tornavam dependentes de bases navais distantes, para a manutenção do poder combatente a longas distâncias. E essas distâncias deveriam ser suficientes para manutenção das linhas de comunicação de um país desde a origem até seu destino. Seria fundamental assegurar o domínio do mar que poderia ser obtido por uma linha adequada de bases espaçadas a partir da origem até o destino, pois colônias e bases navais avançadas posicionadas em locais adequados permitiam um prolongamento do tempo de operação dos navios (HOLMES; YOSHIHARA, 2009).

Como função primordial das bases, temos a manutenção da frota naval na máxima eficiência no mar. Levando-se em consideração às vantagens de uma base, elas seriam governadas pelos mesmos princípios das posições estratégicas quer sejam a sua posição, seu poderio e seus recursos. Para os EUA, Mahan disseminava a manutenção de duas bases navais em cada costa, sendo uma principal e mais poderosa e outra secundária. Já para bases afastadas do território americano, ele não mencionou números mas poderiam variar de acordo com a política nacional adotada (ALMEIDA, 2015).

Analisando os dados apresentados, as bases avançadas eram necessárias para que as Esquadras pudessem operar estrategicamente posicionadas ao longo das linhas de comunicação marítimas e com isso defender a frota mercante contra navios estrangeiros.

2.2.4 Triângulos Estratégicos

Mahan enfatiza em sua obra que três regiões seriam importantes para a completa dominação do mar pelos EUA (ALMEIDA, 2015). Será apresentado apenas um triângulo

estratégico com vértices no canal do Panamá, Alasca e Havaí para exemplificação desse importante postulado.

O canal do Panamá, seria uma rota comercial importante e havia interesses de países europeus, logo se houvesse uma dominação europeia poderia trazer sérios prejuízos ao EUA. Além é claro de que o seu domínio incorria na possibilidade da reunião das Forças Navais do Pacífico e Atlântico, o que consolidaria o poderio dos EUA em toda a região.

Já o Alasca seria outro ponto de interesse, pois toda a região é envolvida pelo mar e a falta de proteção poderia facilitar ataques ao país, daí a necessidade de protegê-lo.

Por fim, o Havaí seria uma região estratégica no Pacífico pois estava localizada entre importantes LCM.

Como exemplificado na figura 1 do Anexo A, o triângulo estratégico do almirante Mahan, com vértices no Panamá, Alasca, Havaí, conferiria ao EUA uma hegemonia naval incontestável no Pacífico Norte (MELLO, 1994).

A expansão territorial dos EUA foi impulsionada pelo desejo de conquista de pontos estratégicos como mercados consumidores e áreas para testes bélicos (SANTOS, 2012).

Dessa forma, a partir da observação desse triângulo estratégico, foi desenvolvida uma política marítima e naval com objetivo de dominar regiões onde houvesse a capacidade de controle e observação por parte dos EUA.

2.3 Conclusão Parcial

Conforme o pensamento de Mahan, um Estado deve ter a capacidade de se deslocar livremente no mar e controlar suas linhas de comunicação marítimas, pois isso se torna de suma importância para os Estados manterem sua hegemonia e crescimento

econômico e com isso prosperar.

Para que isso ocorra é necessário dispor de um Poder Marítimo forte com uma Força Naval poderosa e uma grande frota mercante, além de bases de apoio extraterritoriais. Como resultado teremos um Estado comprometido com a manutenção de seu comércio e protegido em suas rotas marítimas, gerando um acréscimo e aumento da riqueza do Estado.

Após a exposição dos fundamentos teóricos de Mahan, a partir da análise das características da presença de elementos do poder marítimo descritas, veremos a aplicabilidade de tais preceitos a República Popular da China (RPC). Estaria a expansão marítima Chinesa relacionada a essa Teoria?

Por fim, daremos continuidade no próximo capítulo na contextualização da Evolução da Estratégia Naval da República Popular da China sob a ótica Geopolítica com ênfase nos preceitos apresentados.

3 A GEOPOLÍTICA, GEOESTRATÉGIA MARÍTIMA DA CHINA E SUAS INFLUÊNCIAS

O presente capítulo busca contextualizar a Geopolítica e Geoestratégia Marítima da China e a influência dessas disciplinas na Estratégia Naval chinesa. Para tal, iniciaremos discorrendo sobre algumas definições do conceito de Geopolítica clássica. Esses elementos são fulcrais para a formação de um constructo razoável, para o avanço da pesquisa. Assim prosseguiremos com uma visão dos objetivos geopolíticos e geoestratégicos da China, fornecendo uma visão geral sobre esses aspectos.

Inicialmente, o termo original Geopolítica foi usado pelo professor sueco Rudolf Kjéllen (1864-1922) que lecionava Direito Político nas Universidades de Gotemburgo e Upsala. Sua visão organicista da geografia defendia que o Estado se assemelha a um organismo biológico, em constante expansão e crescimento ou, no caso disso não ocorrer, o mesmo tenderia a morte. Os Estados estariam sujeito a leis do crescimento, sendo assim, os com vigor que possuíssem espaços limitados tenderiam a expandi-lo, seja por colonização, amalgamação ou conquista (COSTA, 2008).

Segundo Costa (2008), o sucesso de suas ideias junto aos círculos de poder em diversos países, dentre os quais regimes fascistas europeus e ambientes militares do terceiro mundo, se devia a manipulação e artifícios conceituais que se assemelhavam a um receituário imperialista.

No Brasil, Therezinha de Castro definiu Geopolítica como:

ciência da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos e tem por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da geografia no planejamento das atividades do Estado, visando a resultados imediatos ou remotos. Em razão disto, a Geopolítica pode ser considerada como um estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos; os resultados destes estudos levam a conclusões práticas, aplicáveis ou não à atualidade (CASTRO, 1999, p.23).

No período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Geopolítica foi

considerada como “ciência demoníaca” e abandonada, entretanto, a luta pelo controle dos recursos naturais finitos vem se intensificando de tal maneira, que já se prenuncia uma onda de reabilitação e revalorização desta disciplina (MARTIN, 2007, p. 06). Será um prenúncio da volta da Geopolítica Clássica?

No Dicionario Latinoamericano de seguridad y geopolitica, podemos encontrar as palavras do estrategista americano Zbigniew Brzezinski recordando que “Napoleão afirmou certa vez que reconhecer a geografia de um país equivale a conhecer sua política exterior” (2009, p. 195).

A importância dessas ideias nos remete a Mahan (1890), pois é certo que não tinha conhecimento dessa nova disciplina que só seria sistematizada por Kjéllen, 26 anos depois de seu clássico, entretanto, pelo conteúdo de sua teoria, pode-se dizer que ele foi um dos precursores da geopolítica (ALMEIDA, 2010).

De fato, a contribuição de Mahan para os estudos geopolíticos contemporâneos são ainda maiores tendo em vista seu papel na teorização e na fundamentação da expansão estadunidense. Assim, seu pensamento foi primordial para os EUA atingirem à categoria de país hegemônico, sendo sua teoria ideal para o projeto de expansão imperialista.

3.1 A Geografia e seu Poder

No final de seu famoso artigo “O Pivô geográfico da história”, Mackinder (1861-1947) faz uma referência perturbadora à China. Ele formula que os chineses poderiam constituir um perigo para a liberdade do mundo, devido ao fato da China ser uma potência continental, com alcance não apenas ao núcleo estratégico da Ásia Central, com todas suas riquezas minerais e de hidrocarbonetos, mas também as principais rotas marítimas do Pacífico. Segundo ele a maior ameaça seria a China conquistar o então Império Russo

(KAPLAN, 2012).

De fato a China ser abençoada pela geografia é algo tão básico e óbvio que tende a ser negligenciado quando se discute seu dinamismo econômico e assertividade nacional nas últimas décadas. A China fica aproximadamente na mesma faixa de latitude temperada dos EUA, com todas as variações do clima e benefícios que isso acarreta. Aos 45° de latitude norte, temos Harbin a principal cidade da Manchúria, o mesmo que Maine. Beijing fica a 40° de latitude norte, o mesmo que Nova York. Xangai, na foz do rio Yangzi, fica a 30° de latitude norte, igual à Nova Orleans. O Trópico de Câncer corta a extremidade sul da China e também atravessa logo abaixo das Flórida Keys.

A geografia indica que embora o caminho da China para se tornar um poder global ainda maior não seja linear, mesmo com suas altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos 30 anos, devido a desordem socioeconômica, simplesmente não podem continuar, entretanto podemos deduzir que ela estará no centro da Geopolítica mundial nas próximas décadas. Combinando uma modernidade extrema, de estilo ocidental, com uma civilização do tipo comum ao antigo Oriente, a China torna-se implacável e dinâmica, diferente das democracias ocidentais (KAPLAN, 2012).

A China ainda não representa uma ameaça existencial. O desafio que a China representa em seu nível mais elementar é geográfico, a despeito de questões críticas como dívida, comércio e mudança climática. A área de influência emergente da China na Eurásia e África, na Ilha do Mundo⁵ de Mackinder, está crescendo, não no sentido imperialista do século XIX, mas de uma maneira mais sutil, mais adequada à era da globalização. Simplesmente assegurando suas necessidades econômicas, a China está mudando o equilíbrio

⁵ Ilha do mundo ou Heartland significa, literalmente, Coração da Terra. Mackinder situou o Heartland na zona territorial que abrange os continentes europeu e asiático, e que recebe a denominação de Eurásia ou Ilha Mundo (MACKINDER, 1904).

de poder no hemisfério oriental, e isso afetará substancialmente os Estados Unidos da América. Em terra e no mar, graças à localização favorável da China no mapa, a influência de Pequim vem da Ásia Central para o Extremo Oriente da Rússia e do Mar da China Meridional para o Oceano Índico. A China é uma potência continental em ascensão e, como Napoleão disse, as políticas de tais estados são inerentes à sua geografia (KAPLAN, 2012).

Os chineses enxergam a sociedade de um modo diferente de como o Ocidente encara. Enquanto no ocidente o direito do indivíduo está impregnado na sociedade, o pensamento chinês valoriza o coletivo acima do individual (MARSHALL, 2015).

As fronteiras terrestres da China neste momento da história parecem acenar com mais oportunidades do que riscos. Sabe-se que os Estados mais perigosos do Sistema Internacional são potências continentais com grandes exércitos. No entanto, a China se encaixa apenas parcialmente nessa descrição, pois apesar de ser uma potência terrestre em expansão e possuir o Exército Popular de Libertação (EPL) com cerca de 1,6 milhão de soldados, o maior do mundo, os eventos de 2008 e 2009⁶ mostraram a força terrestre do EPL com grande dificuldade expedicionária (MEARSHEIMER, 2010).

A China assinou acordos militares com a Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. A estabilização das fronteiras terrestres da China pode ser uma das mudanças geopolíticas mais importantes na Ásia das últimas décadas. Não há mais um exército soviético a cair sobre a Manchúria como durante a Guerra Fria⁷, uma época em que sob o comando de

⁶ Naqueles anos, o EPL respondeu a uma emergência de terremotos em Sichuan, a distúrbios étnicos no Tibete e em Xinjiang e ao desafio de segurança das Olimpíadas de Pequim. Tais “exercícios de mobilidade transregional”, indicaram, de acordo com Abraham Denmark do Center for Naval Analysis, foi uma habilidade em mover tropas de uma ponta da China continental para outra, mas não uma habilidade em movimentar suprimentos e equipamentos pesados na taxa exigida (KAPLAN, 2012).

⁷ A Guerra Fria foi a designação do período de intensa hostilidade sem guerra efetiva entre os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS). Durou quatro décadas, de 1947 a 1989. Caracterizou-se como um conflito de ordem política, militar, econômica, social e ideológica entre os EUA e a ex-URSS (NYE JR., 2009).

Mao Zedong (1893-1976), a China concentrou seu orçamento de defesa em seu exército e negligenciou os mares (GRYGIEL, 2006). De fato, é a atual situação favorável em terra, mais do que qualquer outra variável, que permitiu à China começar a construir uma marinha forte e reestabelecer o Oceano Pacífico e até mesmo o Índico como parte de sua geografia (KAPLAN, 2012).

Mackinder (1919) prevê na conclusão dos “Ideias Democráticas e Realidade”, que juntamente com os EUA e o Reino Unido, a China acabaria por guiar o mundo construindo para um quarto da humanidade uma nova civilização, nem ocidental nem oriental. Usando os critérios de geografia e demografia, sua previsão sobre a China, pelo menos até agora, se mostrou precisa.

3.1.1 O Mar do Sul China

O Mar do Sul da China (MSC) será o termo empregado neste trabalho, devido ao fato de que a maioria dos estudiosos assim o fazem. O MSC deriva da expressão inglesa South China Sea, que desde cedo reflete o interesse europeu neste mar como uma rota de navegação da Europa ao sul da Ásia, para transporte de mercadorias. Na China é chamado de Mar do Sul, ou *Nánhǎi* (ROEDEL,2012).

O MSC situa-se no Oceano Pacífico, abrangendo uma área de 3,5 milhões de km², estendendo-se desde o Estreito de Málaca (Cingapura), ao sul, até o estreito de Taiwan, ao norte, banhando algumas economias: China, Indonésia, Malásia, Brunei, Filipinas, Taiwan e outras como mostrado na figura 2 do Anexo B. Dois grandes grupos de ilhas estão no seu interior, as ilhas Spratly e Paracel, que não serão analisadas neste estudo. Por meio do MSC, em qualquer ano, passa mais da metade do comércio marítimo mundial, metade de seu gás natural liquefeito e, cerca de um terço de seu petróleo bruto (STRAVRIDIS, 2017).

No mapa, logo abaixo de Taiwan, surge o MSC, enquadrado pelo continente asiático, as Filipinas e a Indonésia, com a Austrália um pouco mais distante. Como porta de entrada para o Oceano Índico, o caminho de hidrocarbonetos, onde a China está envolvida em vários projetos de desenvolvimento portuários. Aqui temos os desafios da pirataria, do islamismo radical e da ascensão naval da Índia, junto aos congestionamentos geográficos dos vários estreitos indonésios como Malaca, Sunda, Lombok e Macassar, através dos quais uma grande proporção dos petroleiros chineses e a frota mercante deve passar. Há também depósitos significativos de petróleo e gás que a China espera explorar, tornando o MSC um segundo Golfo Pérsico (ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009).

Nicholas J. Spykman (1893-1943), geógrafo e geoestrategista de grande influência nos EUA, observou que ao longo da história os Estados se engajaram em expansão circunferencial e transmarina para ganhar o controle dos mares adjacentes. A Grécia procurou controlar o mar Egeu, Roma, o Mediterrâneo, os Estados Unidos da América o Caribe, e agora, segundo essa lógica, a China, o MSC. O Estreito de Malaca no MSC abre o Oceano Índico para a China da mesma forma que o controle sobre o Caribe destravou o Pacífico para a América na época da construção do Canal do Panamá. E como Spykman chamou o Grande Caribe, para sublinhar sua importância, como sendo o Mediterrâneo norte-americano, podemos chamar o MSC de Mediterrâneo Asiático, uma vez que estará no centro da geografia política nas próximas décadas. A China pode tentar dominar o MSC de uma maneira semelhante a que os americanos dominam no Caribe, enquanto a América, seguindo regras diferentes agora, buscará junto com aliados como o Vietnã e as Filipinas, uma forma de manutenção de uma hidrovía internacional completa, mantendo suas LCM (KAPLAN,2012).

Os chineses têm cada vez mais necessidades de matérias-primas da África Subsaariana, na extremidade oposta do Oceano Índico. Tendo que proteger mercados de

petróleo no Sudão, Angola e Nigéria; minas de minério de ferro na Zâmbia e no Gabão; e minas de cobre e cobalto na República Democrática do Congo, todas conectadas por estradas e ferrovias construídas pela China, por sua vez ligadas a portos do Atlântico e do Oceano Índico.

A China está usando todas as formas de seu Poder Nacional – político, diplomático, econômico, comercial, militar e demográfico – para se expandir virtualmente além de suas fronteiras legais, terrestres e marítimas, a fim de abranger antigas demarcações da China Imperial, ampliando com isso seu domínio (STRAVRIDIS, 2017).

Conforme o pensamento do Almirante Harry Hartis, que é japonês-americano e o primeiro oficial de quatro estrelas asiático-americano nas forças armadas dos EUA, o mundo está assistindo a construção de uma nova muralha da China, sendo agora uma grande muralha de areia, com o nascimento das ilhas artificiais no MSC. A história do MSC não é apenas sobre navios passando por ele, e as pequenas e grandes guerras nas costas, trata-se de uma cadeia de ilhas espalhadas que fornecem um meio para os Estados reivindicarem áreas no mar. O que impulsiona tudo isso, é claro, é a presença de hidrocarbonetos na região. Enquanto a maioria dos Estados se contentaria com as regras e regulamentos gerados pela Lei do Mar das Nações Unidas⁸, o que está em disputa é o acesso ao fundo do mar e ao gás lá existente. Algumas estimativas iniciais colocam a quantidade total de petróleo e gás natural em níveis similares aos do Oriente Médio. Este representa uma grande fonte de recursos, principalmente para os países que possuem pequenas áreas ao longo do litoral. A nova estratégia da China é

⁸ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), frequentemente referida pelo acrônimo em inglês UNCLOS (de *United Nations Convention on the Law of the Sea*), é um tratado multilateral celebrado sob os auspícios da ONU em Montego Bay, Jamaica, a 10 de dezembro de 1982, que define e codifica conceitos herdados do direito internacional costumeiro referentes a assuntos marítimos, como mar territorial, zona econômica exclusiva, plataforma continental e outros, e estabelece os princípios gerais da exploração dos recursos naturais do mar, como os recursos vivos, os do solo e os do subsolo. Texto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar Página do Ministério das Relações Exteriores (Brasil). Página visitada em 20 de junho de 2018.

de construir ilhas artificiais. Os chineses já criaram algumas ilhas, principalmente nas partes sul e leste do MSC, tornando-as grandes o suficiente para chamar a atenção dos atores militares e políticos dos EUA em Washington (STRAVRIDIS, 2017).

Segundo Stravridis (2017), a China até o momento criou quase 12 mil Km² de terra fora do oceano. Se considerarmos que um porta-aviões dos EUA que tem a capacidade de lançar uma vaga de mais de setenta aviões e helicópteros tem aproximadamente vinte e oito Km² de convés, podemos comparar essas ilhas artificiais a centenas de porta-aviões inafundáveis no MSC. Será que isso altera o equilíbrio entre as forças militares concorrentes?

Observando o MSC nota-se que é um elo estratégico entre os Oceanos Pacífico e Índico. A manutenção da livre navegação nesse espaço é um elemento geopolítico relevante para vários países e suas forças navais, principalmente para a China e EUA, que necessitam de liberdade e segurança do fluxo de seus navios comerciais e militares (ROEDEL, 2012).

O Mar do Sul da China é também a ligação estratégica marítima entre o Oceano Pacífico e o Oceano Índico. Para as grandes potências navais, a liberdade de navegação através das rotas marítimas do Mar do Sul da China é de suma importância para as suas frotas. Os países com intenso transporte marítimo e interesses navais, históricos como os Estados Unidos e Japão, principalmente, querem manter a liberdade de navegação através dos estreitos e rotas marítimas do Mar do Sul da China para os seus navios petroleiros, navios porta-containers e navios militares. Os EUA enviam seus navios de guerra, incluindo porta-aviões da sua frota do Pacífico, através do Mar da China Meridional, em apoio a suas missões militares no Mar da Arábia e do Golfo Pérsico. E é a artéria vital que liga o Japão com seus fornecedores de energia do Oriente Médio (ROSEMBERG, 2011, p. 4) (tradução nossa)⁹.

Levando-se em conta o que foi observado, a disputa entre uma China de tamanho exagerado que está crescendo de uma forma inigualável e um punhado de Estados, que compartilham o MSC é o foco da geopolítica das últimas décadas, tudo isso sendo regido por

⁹ Original em inglês: *The South China Sea is also the strategic maritime link between the Pacific Ocean and the Indian Ocean. For major naval powers, freedom of navigation through the sea lanes of the South China Sea is of paramount importance for their naval fleets. Countries with major shipping and naval interests such as the United States and Japan mainly want to maintain freedom of navigation through the straits and sea lanes of the South China Sea for their oil tankers, container ships, and naval vessels. The U.S. sends its warships, including aircraft carriers from its Pacific Fleet, through the South China Sea in support of its military missions in the Arabian Sea and Persian Gulf. It is the vital artery that connects Japan with its Middle East energy suppliers* (ROSEMBERG, 2011, p. 4).

um ator que procura a unipolaridade mundial ampliando suas áreas de influência e hegemonia, que são os EUA.

3.1.2 Estreito de Málaca

As características geográficas do entorno estratégico do MSC nos mostra seu principal problema, que é o fato de ser rodeado por ilhas que autores e estrategistas chamam de “*First Island Chain*”¹⁰ figura 3 do Anexo C, uma cadeia de ilhas que se estendem entre Japão, Filipinas e Indonésia. O acesso dos navios mercantes aos portos da costa leste chinesa, devido a essa geografia, força-os a transitar em pontos focais, como por exemplo o Estreito de Málaca, por onde 81% das importações de petróleo da China passaram ao longo de 2013. Tal fato não teria relevância se esse estreito não estivesse relacionado com interesses estratégicos de outros Estados, como por exemplo os EUA, que realizam atividades navais na região (CHINA’S, 2015b).

A China possui grandes interesses econômicos e estratégicos na região, entretanto ainda não possui a influência necessária para exercer o controle sobre o estreito. Tal questão é amplamente estudada pelos estrategistas chineses e descreve uma situação de vulnerabilidade, que em algumas publicações é definida como “*Malacca dilemma*”¹¹ (SHAOFENG, 2010).

A principal rota comercial do estreito de Málaca, como mostrado na figura 4 do Anexo D, é a rota petrolífera, por dia, passam 1,4 milhão de barris de petróleo bruto com destino a Cingapura e Malásia, regiões responsáveis pelo processamento do referido produto e envio aos mercados asiáticos por meio do MSC. Além disso, o petróleo cru também é destinado a China e ao Japão, maiores consumidores de energia na região asiática (US

¹⁰ Primeira Cadeia de Ilhas, tradução nossa.

¹¹ Dilema de Málaca, tradução nossa. Expressão cunhada pelo ex-líder chinês Hu Jintao (2002-2012) (JANK, 2015).

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA), 2017).

Por sua vez, podemos relacionar a vulnerabilidade desse ponto focal para a China, devido ao fato da possibilidade de uma operação de bloqueio¹² desse ponto em caso de um conflito ou uma guerra, o que comprometeria o acesso a insumos fundamentais para o seu desenvolvimento (SHAOFENG, 2010).

Analisando a geografia da região, podemos destacar que quando aplicamos a teoria dos triângulos estratégicos de Mahan, em transposição para o MSC, fica evidente que qualquer que seja a orientação desse triângulo, o Estreito de Málaca sempre assume papel de um dos vértices, mostrando com isso a importância estratégica da região. A elaboração desse triângulo, tem como objetivo de destacar pontos em que a dominação chinesa facilitará a projeção do seu Poder Marítimo (MEDEIROS, 2007).

Conforme o pensamento de Mahan (1890), podemos transportar um triângulo estratégico importante para o domínio Chinês, que teria seus vértices no Paquistão, Taiwan e no Estreito de Málaca apresentado na figura 5 do Anexo E. Este triângulo permite a projeção do poder marítimo da China no Índico e no MSC, além de abrir caminho para o Oceano Pacífico. Sendo assim, possibilitaria a China o controle das principais rotas comerciais, por meio do Estreito de Málaca, o acesso à África, importante parceiro estratégico na formulação da política externa chinesa, além de projeção no Pacífico a partir do domínio de Taiwan.

3.1.3 Cadeia de Ilhas

Enquanto em terra a China está em posição favorável ao longo de suas fronteiras

¹² O conceito de bloqueio que será empregado nesse estudo, é o mesmo que a Marinha do Brasil emprega na Doutrina Militar Naval (DMN). No contexto naval e de acordo com o Direito Internacional, a *operação de bloqueio* tem por finalidade evitar que navios de todos os Estados, inimigos e neutros, entrem ou saiam de específicos portos e áreas costeiras pertencentes, ocupadas, ou sob controle de um Estado inimigo. O propósito é negar o uso de navios, inimigos e neutros, assim como de transportar pessoal e material para o território inimigo (BRASIL, 2017).

terrestres, enfrenta um ambiente mais hostil no mar. A Primeira Cadeia de Ilhas, de norte ao sul, compreende o Japão, as ilhas Ryuku, Coreia do Sul, chamada de meia ilha coreana, Taiwan, Filipinas, Indonésia e Austrália. Todas essas localidades, salvo na Austrália, são possíveis pontos de confronto. Pode-se incluir alguns cenários, tais como: colapso na Coreia do Norte, um conflito entre China e EUA na disputa por Taiwan, atos de pirataria ou terroristas que poderiam impedir a livre navegação da frota mercante da China.

De outra perspectiva, quando os estrategistas navais chineses olham para o Pacífico, para essa cadeia de ilhas, eles se deparam com uma Grande Muralha, ou seja, uma linha bem organizada com equivalentes torres de guarda que se estendem do Japão para a Austrália, todas potencialmente bloqueando o acesso da China ao oceano maior (HOLMES; YOSHIARA, 2009).

Com isso, pode-se observar que quando se trata do mar, a China ainda pensa territorialmente, como um poder terrestre. Os próprios nomes que usa são termos territoriais, Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas, que nesses casos, são vistos como extensões arquipelágicas de massa de terra chinesa (KAPLAN, 2012).

A disputa desses territórios, mais de duzentas pequenas ilhas e recifes, está minando a relação da China com seus vizinhos, entretanto, a geopolítica determina que a China deve fazê-lo (MARSHALL, 2015).

De todas as torres de guarda ao longo da Grande Muralha marítima reversa, Taiwan é, metaforicamente, a mais alta e mais central. Com Taiwan retornando ao seio da China continental, a Grande Muralha e a camisa de força marítima que ela representa seriam cortadas. Se a China conseguir consolidar Taiwan, não apenas sua marinha estará subitamente numa posição estratégica vantajosa em relação à Primeira cadeia de ilhas, mas suas energias nacionais, especialmente suas forças militares, serão liberadas para olhar para fora em termos

de projeção de poder, em um grau até agora impossível (KAPLAN, 2012).

Além dos interesses econômicos vimos que também existem interesses estratégicos, em especial no MSC, por onde a China pode expandir sua capacidade de operar em regiões mais distantes, garantindo sua presença nos diversos mares do planeta.

3.2 Conclusão Parcial

A atual situação de segurança na Ásia é fundamentalmente mais complicada e instável do que a existente nas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Observa-se um declínio na unipolaridade americana, com relativa diminuição em sua marinha de guerra e em contrapartida um aumento considerável nas forças armadas chinesas. A multipolaridade torna-se cada vez mais presente nas relações de poder asiáticas.

Embora o adjetivo “multipolar” seja lançado livremente para descrever a situação global, será a fusão virtual de Taiwan com o continente que marcará em um sentido militar a emergência real de um mundo multipolar.

Na opinião deste autor, O MSC é único em seu significado geopolítico, onde recursos, poderosos estados marítimos e rotas marítimas importantes para economia global convergem na região mais populosa do mundo.

Dessa forma, são inegáveis os grandes interesses comerciais e estratégicos que a China possui e como eles estão ligados ao MSC, devido à manutenção de sua máquina industrial que move sua economia, além de garantir a alimentação de sua imensa população.

Porém, para garantir esses interesses, a China tem que enfrentar alguns desafios que se apresentam, principalmente aqueles relacionados à segurança das LCM que como visto no capítulo anterior são fundamentais para a manutenção da prosperidade do Estado.

4 A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL CHINESA

O presente capítulo busca explorar a relação entre a evolução da estratégia naval chinesa com as características da conformação geográfica da China, e como esse jogo está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento econômico naquela região. Tencionamos verificar a importância do Poder Naval chinês em um cenário conflituoso, que colabora para a deflagração de atritos na região e uma instabilidade geopolítica internacional.

Foi observado durante a pesquisa deste trabalho, uma pequena quantidade de documentação, em fontes abertas, com um referencial teórico para a evolução do pensamento estratégico Chinês sob o enfoque de autores chineses, quando comparados com escritores ocidentais, encontra-se vasta literatura versando sobre o assunto.

Até os anos 1980, não ocorreu nenhuma mudança significativa na estratégia naval chinesa de maneira a elevar a capacidade da Marinha do Exército Popular de Libertação¹³ (MEPL). Mesmo com a incorporação do primeiro submarino nuclear¹⁴ de ataque, que certamente elevaria a sua capacidade, observa-se que na verdade, a operacionalização desse novo meio, não foi consequência de proposição de uma nova estratégia ou para reforçar uma estratégia de defesa do litoral, mas sim como consequência de um programa de apoio ao desenvolvimento de mísseis balísticos de longo alcance e submarinos com capacidade de lançá-los. Foi empregado basicamente para a realização de missões de telemetria, acompanhamento e recolhimento de dispositivos de testes (LI, 2009).

De acordo com Nan Li, a diminuição da possibilidade de um confronto com a ex-

¹³ *People Liberation Army Navy*, tradução nossa. O termo “Exército de Libertação Popular”(EPL) possui uma abrangência maior que um exército e corresponde às Forças Armadas da China, que é composta pela Força Terrestre, Marinha, Força Aérea e Segundo Corpo de Artilharia, sendo este responsável pelo emprego dos mísseis balísticos (MULVENON; YANG, 2002).

¹⁴ O submarino *Han #401* foi o primeiro submarino a propulsão nuclear projetado e construído pela MEPL e foi comissionado em 1974. É comum em projetos de grande complexidade como esse, ocorrerem diversos percalços. Algumas deficiências relevantes como vazamento radioativo, falta de confiabilidade e incapacidade de lançar armamento quando submersos restringiram a sua capacidade de operar a longas distâncias e em águas profundas, o que limitava a sua operação às áreas marítimas aproximadas (POTTS, 2014).

URSS, a partir de 1980, abre caminho para a China vislumbrar uma mudança estrutural, de maneira a permitir uma maior capacidade operacional e de dissuasão na MEPL, que inicialmente estava restrita a defesa do litoral e operações de apoio ao EPL. Um ponto que marca a reorientação estratégica da MEPL ocorre quando o almirante *Liu Huaqing*¹⁵ assume o cargo de Comandante-em-Chefe, em 1982, e determina a realização de estudos do entorno estratégico chinês, acompanhado de uma atualização da análise de conjuntura, que avaliaria a adequabilidade da estratégia em vigor para as necessidades chinesas. O almirante Liu Huaqing foi o responsável pelo fomento da consciência marítima entre os pensadores chineses, despertando-os para a importância do mar e o seu potencial para a China.

Além disso, pode-se atribuir mais dois pontos que contribuíram para o início do desenvolvimento da MEPL. O primeiro como sendo a avaliação dos militares na reunião da Comissão Militar Central¹⁶ (CMC), onde foi constatado um excesso de pessoal do EPL mal preparado e equipado, o que ficou evidente pelo desempenho das tropas no Vietnã em 1979. O segundo, dada a ameaça extinta da ex-URSS, a decisão estratégica da China em começar a se preparar para uma guerra de nível global, e talvez até nuclear, em detrimento de guerras em sua periferia. Com os olhos voltados para o mundo, foi realizada uma reavaliação de sua extensa área marítima, canalizando assim, mais recursos para a MEPL (COLE, 2014).

Como afirma Yung (2011), um acontecimento que influenciou a construção da estratégia naval chinesa foi o conflito ocorrido em 1982 nas Falklands¹⁷, entre a Argentina e o

¹⁵ O almirante Liu Huaqing (1916-2011) foi comandante da MEPL de 1982 a 1988 e é considerado um dos maiores estrategistas navais da China. Apesar de ter feito carreira no EPL, passou para a MEPL em 1952, aos 36 anos. Num contexto onde o pensamento estratégico-militar era fortemente influenciado por um conceito de “Grande Infantaria”, o almirante Liu foi responsável pelo engajamento da MEPL em questões internacionais e pelas bases que deram origem ao acelerado desenvolvimento da MEPL (HARTNETT, 2014).

¹⁶ A Comissão Militar Central (CMC) é o mais alto órgão militar chinês e é dirigido pelo Partido Comunista da China (PCC), sendo composto por presidente, vice-presidente e membros. A principal função da CMC é dirigir diretamente as Forças Armadas da China (CHINA, 2015).

¹⁷ A Guerra das Falklands foi um conflito militar entre Argentina e Reino Unido, ocorrido entre 2 de abril e 14

Reino Unido. Esse conflito envolveu disputas territoriais e questões de soberania parecidas com as de Taiwan e, até agora, nenhum conflito moderno reuniu uma gama tão complexa de informações e elementos aeronavais em combate. Muitos ensinamentos de emprego no caso de contingência com Taiwan puderam ser estudados, bem como importantes lições sobre projeção de força. Além disso pode-se enumerar algumas questões como a importância da doutrina, a necessidade de sistemas efetivos de comando e controle, a mobilização nacional, a necessidade de prover proteção para unidades com aviação embarcada, o emprego de submarinos nucleares, a utilização de meios armados com mísseis de precisão, a efetividade do poder aéreo baseado em terra, as bases e instalações para projeção de poder, e o papel fundamental da logística atuando para definição do conflito. Dessa forma, tais ensinamentos foram estudados, assimilados e aplicados no desenvolvimento e aquisição de meios e na doutrina de preparo e emprego das forças navais chinesas (YUNG, 2011).

De acordo com o resultado dos estudos, um novo conceito estratégico foi promulgado, e basicamente, orientava a necessidade da MEPL em expandir os limites de atuação impostos pela estratégia anterior “*Near-coast defense*”¹⁸, alterando também a natureza das operações, de uma postura defensiva para uma postura proativa, de maneira a lidar com conflitos regionais no seu entorno. Ficou estabelecida então uma nova estratégia, chamada “*Near-seas active defense*”¹⁹ que foi fortemente influenciada pela visão do comandante da MEPL, o almirante Liu Huaqing, que estabeleceu o conceito de defesa ativa (LI, 2009).

Esse conceito foi descrito na Estratégia Militar da China (EMC) como sendo:

de junho de 1982 nas Falklands, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul pela soberania sobre estes arquipélagos austrais reivindicados em 1833 e dominados a partir de então pelo Reino Unido (ANDERSON, 2002).

¹⁸ Defesa próxima à costa, tradução nossa. Neste trabalho, será mantido o idioma Inglês para designar a nomenclatura das estratégias navais. Nota do autor.

¹⁹ Defesa ativa em área marítima aproximada, tradução nossa. Neste trabalho, será mantido o idioma Inglês para designar a nomenclatura das estratégias navais. A Estratégia Militar da China (EMC) de 2015 utiliza a denominação “*Offshore waters defense*”, para nomear essa estratégia. Ambas as expressões têm o mesmo significado. Será mantido o termo do texto de referência. Nota do autor.

O conceito estratégico de defesa ativa é a essência do pensamento militar estratégico do Partido Comunista da China. Desde as práticas de guerras revolucionárias, as Forças Armadas da República Popular da China têm desenvolvido um conjunto completo de conceitos estratégicos de defesa ativa, que se resumem a: adesão à unidade de defesa estratégica e postura operacional e tática ofensiva; adesão aos princípios de defesa, autodefesa e ataque resposta; e adesão à noção de “Nós não atacaremos, a menos que sejamos atacados, mas nós certamente contra-atacaremos se formos atacados” (CHINA, 2015, tradução nossa).²⁰

De acordo com Nam Li, o almirante Lui Huaqing sofreu forte influência da escola soviética, visto que tal marinha passou por processo semelhante, de emprego em defesa costeira para ser uma “marinha de primeiro nível”²¹ na década de 1980 (LI, 2009).

Entretanto esse modelo foi repensado pelos estrategistas chineses a partir dos eventos ocorridos na década de 1990, fruto das operações dos EUA contra o Iraque e a Sérvia, a intervenção norte-americana durante a crise do estreito de Taiwan, em 1996, e a modernização das Marinhas do Japão e Taiwan, despertando-os para a existência de uma série de vulnerabilidades em seu planejamento de defesa, em especial no que tangia a proteção contra armamentos lançados a longas distâncias, o que culminou na estratégia adotada no início do século XXI “*far-seas operations*”²², conceito recentemente reapresentado no Livro Branco de Defesa da China (LBD,2015), como “*open seas protection*” (BLASKO, 2014).

Tais mudanças na postura da estratégia naval da China podem ser consideradas notavelmente agressivas, entretanto, pode-se argumentar que o Poder Naval é mais benigno que o Poder Terrestre. O fator limitante das Marinhas é que apesar de todas as suas armas

²⁰ Original em inglês: “*The strategic concept of active defense is the essence of the CPC's military strategic thought. From the long-term practice of revolutionary wars, the people's armed forces have developed a complete set of strategic concepts of active defense, which boils down to: adherence to the unity of strategic defense and operational and tactical offense; adherence to the principles of defense, self-defense and post-emptive strike; and adherence to the stance that "We will not attack unless we are attacked, but we will surely counterattack if attacked"*” (CHINA, 2015, p. 5).

²¹ São marinhas aptas a cumprir todas as funções de dissuasão (com uma forte capacidade de retaliação) e de intervenção em escala global. Até os anos 1980, a marinha soviética poderia ocupar um lugar nessa categoria, pois seu potencial era equivalente ao da sua rival norte-americana (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

²² Nan Li (2009) utiliza a expressão “*Far Seas Protection*” ou Proteção em Águas Marítimas Afastadas, tradução nossa. A EMC (2015) utiliza a denominação “*Open Seas Protection*”. Ambas as expressões têm o mesmo significado. Será mantida a nomenclatura do texto referenciado. Nota do autor.

guiadas de precisão, elas não podem ocupar por si mesmas, território significativo e, portanto, dizem que não são uma ameaça a liberdade. As Marinhas tem múltiplos propósitos além do combate, como a proteção das LCM (KAPLAN, 2012).

Da mesma forma que seu poder militar se expandiu, observou-se no EPL, uma mudança de prioridades no setor. Ocorreu uma redução da importância relativa atribuída as forças terrestres, em prol do poder aéreo e naval. Trata-se, portanto, não de um processo de expansão qualitativa apenas, mas de uma série de mudanças na percepção das ameaças ao país e como o poderio aéreo e naval poderiam ser um instrumento em prol dos interesses nacionais (MORAES, 2015).

Em que pese a intenção de um incremento considerável em sua Marinha, os chineses sempre buscaram deixar claro para a comunidade internacional que suas ambições eram apenas defensivas, conforme as palavras de Deng Xiaoping (1904-1997): “Nossa estratégia sempre foi defensiva, e será a mesma em vinte anos, submarinos nucleares também são armas estratégicas defensivas [...] mesmo quando percebemos a modernização para o futuro, ainda é uma defesa estratégica [...]” (CHUNYU, 2013, tradução nossa)²³.

O que torna a China um país de situação marítima desfavorável, é a existência de uma Zona Econômica Exclusiva²⁴ (ZEE) muito pequena em relação às dimensões do seu território, de sua população e da economia do país, como apresentado na tabela 1 do Anexo G. Quando a Lei do Mar das Nações Unidas foi assinada, diversos Estados passaram a possuir jurisdição sobre áreas extensas. Alguns territórios que aparentemente eram resquícios inúteis

²³ Original em inglês: *Our strategy has always been defensive, and will be the same in twenty years, nuclear submarines are also strategic defensive weapons [...] even when we realize modernization in the future, it is still a strategic defense [...]* (CHUNYU, 2013).

²⁴ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, deu aos países costeiros a autorização de declarar uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de espaço marítimo para além das suas águas territoriais, onde tem prerrogativas na exploração dos recursos, tanto vivos como não vivos e responsabilidades na gestão ambiental. A ZEE é limitada, em princípio, por uma linha situada a 200 milhas marítimas da costa, mas pode ser estendida de acordo com a plataforma continental. Nota do autor.

de um passado colonial ganharam muita relevância, devido ao fato de possibilitarem a incorporação de extensos territórios às águas jurisdicionais dos países detentores. Podemos citar as ilhas Pitcairn, um território britânico no Pacífico, que adicionaram 836 mil Km² às águas jurisdicionais do Reino Unido, além disso, a posse francesa da Nova Caledônia, também no Pacífico, incorporou cerca de 1,4 milhão de Km² as suas águas jurisdicionais, como também o desconhecido Atol Johnston, sob a posse dos EUA, que agregou ao país 444 mil Km². Diferente disso, como observado na tabela 1, a relação entre ZEE/área terrestre da China é a menor dos países listados. Devido ao fato da existência de ilhas de outros países em áreas muito próximas à sua costa e como o país não possui ilhas ou arquipélagos de domínio em locais distantes, a China não foi tão beneficiada pela aprovação da Lei do Mar quanto outras potências. Em uma comparação com os EUA, sua ZEE é aproximadamente 14 vezes inferior, e em relação ao Japão, cerca de 4,6 vezes menor (NOLAN, 2014, p. 178-179).

A China vem tratando do tema como publicado no jornal chinês People's Daily:

De acordo com a convenção da lei marinha das Nações Unidas (*sic*), bem como da posição consistente que ocupa, a China tem jurisdição sobre quase 3 milhões de km² de mar, incluindo as águas interiores, o mar territorial, a zona contígua e a zona econômica exclusiva, além de uma parte dos direitos e interesses na plataforma continental exterior.

(...) em comparação com várias outras potências marítimas do mundo, este número é muito pequeno. Áreas territoriais nacionais oceânicas reivindicadas pelos Estados Unidos e pela Austrália estendem-se a quase 10 milhões de km², enquanto países como Japão, Canadá e Reino Unido reivindicam mais de 4 milhões de km². Em vista de sua enorme base populacional, a soberania da China sobre seus mares circundantes está longe de ser grande.

A soberania da China sobre suas águas circundantes é, portanto, relativamente desfavorável para um estado que carrega um pesado fardo de desenvolvimento, parte de cuja missão é tornar-se uma potência marítima (Bo, 2013, tradução nossa).²⁵

²⁵ Original em inglês: "According to the law of the United Nations' marine convention and China's own consistent position, China has jurisdiction over almost 3 million square kilometers of sea, including inland waters, territorial sea, contiguous zone and the exclusive economic zone, and a share of rights and interests on the outer continental shelf. (...) compared with many other world maritime powers, this figure is very small. National ocean territorial areas claimed by the United States and Australia extend to almost 10 million square kilometers, while countries such as Japan, Canada, and the UK claim more than 4 million square kilometers. In view of its huge population base, China's sovereignty over its surrounding seas is far from vast. China's sovereignty over its surrounding waters is therefore relatively unfavorable for a state

Pelo exposto, observa-se que a área proclamada pela China é de 3 milhões de Km², já incluindo os territórios que atualmente estão em disputa. Mesmo de posse dessa área, quando em comparação a outros países e as necessidades da China tal área é considerada diminuta.

Com a finalidade de verificar como a estratégia naval chinesa evoluiu nas últimas décadas, passaremos agora a discorrer especificamente sobre elas.

4.1 A Estratégia “*Offshore waters defense*”

Foi a estratégia naval baseada na noção de defesa proativa, com operação nos mares próximos ao litoral chinês. Está basicamente associada às operações no MSC, Mar Amarelo e Mar do leste da China, também conhecidos por áreas marítimas aproximadas, regiões com alto valor estratégico em disputa. (BLASKO, 2014).

Após as mudanças implementadas pelo almirante Lui Huaqing, na década de 1980, esse conceito foi aceito pelas lideranças do EPL e pela MEPL, contribuindo para uma convergência de ideias, consolidando a nova estratégia naval chinesa. Quando comparada com a estratégia anterior, “*near-coast defense*”, podemos observar, que abrange áreas marítimas mais extensas, demandando assim um aumento da capacidade dos meios navais. Conforme a MEPL adota essa estratégia, suas operações começam a ganhar certa independência e áreas de atuação com limites geográficos definidos, deixando com isso de atuar apenas no litoral em apoio ao EPL (LI, 2009).

Em termos práticos, essa estratégia abrange uma área substancial entre a linha de base da costa chinesa até a segunda cadeia de ilhas, que se estende da ilha de Honshu até a Nova Guiné, passando por Guam como na figura 6 do Anexo F (MCDEVITT, 2016).

bearing a heavy burden of development, part of whose mission is to become a marine power.”

Em conformidade com o pensamento do almirante Huaqing, a estratégia “*near seas active defense*” tinha como objetivos principais: garantir as LCM em tempos de guerra, defender a China repelindo agressões provenientes do mar, recuperar territórios marítimos perdidos e disputados, alcançar uma dissuasão nuclear crível e reunificar Taiwan com o continente. Podemos observar uma estratégia bem mais ofensiva quando comparada a “*near coast defense*”, o que já denota uma mudança de postura na MEPL (LI, 2009).

Dessa forma, de maneira a se contrapor à vulnerabilidade dos pontos focais, a MEPL foi se desenvolvendo progressivamente, de maneira a consolidar sua atuação além da primeira cadeia de ilhas, tentando com isso minimizar os efeitos da tentativa de um bloqueio que pudesse restringir seus suprimentos.

A MEPL que até meados da década de 1990 não estava habilitada para navegar em áreas oceânicas, atinge um marco importante quando em 2008, envia um Grupo-Tarefa de três navios para a costa da Somália, que atravessam o Estreito de Málaca para participar de operações antipirataria. Tal evento foi considerado, desde a expedição do almirante Zheng He no século XV, o primeiro desdobramento²⁶ de uma Força Naval chinesa além da região Ásia-Pacífico (BHASCAR, 2014).

Além disso, ocorreu um incremento das capacidades antimíssil, submarinas, de bombardeio marítimo e de mísseis balísticos convencionais. Os analistas dos EUA e Japão, consideraram tal desenvolvimento como uma capacidade de A2/AD (*Anti-Access/Area Denial*)²⁷ (CORDESMAN, 2015). Com a combinação de dois conceitos, temos a sigla A2/AD, que pode ser entendida como: “antiacesso” e “negação de área”. As ações e capacidades de longo alcance, que procuram evitar que as forças do adversário penetrem no Teatro de

²⁶ O conceito de desdobramento que será empregado nesse estudo, é o mesmo que as Forças Armadas do Brasil empregam e está prevista no Glossário das Forças Armadas. O desdobramento é o ato ou efeito de uma unidade operar, no todo ou em parte, fora de sua sede (BRASIL, 2015).

²⁷ “Antiacesso” e “Negação de Área”, tradução nossa.

Operações (TO), são consideradas de antiacesso. A “negação de área” é caracterizada pelas ações e capacidades de curto alcance, que visam principalmente limitar a liberdade de ação do inimigo nos domínios marítimo, aéreo, espacial, eletromagnético e de informação dentro do TO. Ainda que exista diferença entre os conceitos, eles são complementares e partes de uma mesma estratégia (TOL, 2010).

Segundo Moura (2014), as forças que realizam o ataque podem sofrer uma oposição conjunta de forças navais, aeronavais, submarinas, de minas, de mísseis lançados de terra e de aviação baseada em terra. A negação do uso do mar durante a aproximação ou nas próprias áreas de operação, por meios não mais apenas navais, mas também aéreos e terrestres, com armamento atual e por vezes sofisticado.

A contribuição principal da MEPL para defesa do continente chinês, contra um ataque proveniente do mar, estaria na sua Força Submarina e nas suas bases aeronavais, que operariam em conjunto com o Segundo Corpo de Artilharia²⁸, que faria uso principalmente do míssil DF-21D²⁹, que pode atingir e infringir sérios danos a um navio em movimento no mar e de uma oposição difícil mesmo para a marinha dos EUA (MCDEVITT, 2016). Cabe salientar também os sistemas antissatélite, que visam atacar a espinha dorsal da superioridade estadunidense, além é claro da combinação de vários outros sistemas, simples e de baixo custo, porém atuais, como submarinos convencionais modernos e minas avançadas, que são acessíveis a Estados mais limitados e ameaçam a capacidade de projeção de poder de países mais poderosos quando em operação em sua área litorânea (MOURA, 2014).

Assim sendo, a China para se contrapor a qualquer ameaça numa situação de

²⁸ Segundo Corpo de Artilharia do EPL é a componente principal da estratégia de deterência chinesa. É composta por Forças de mísseis nucleares e convencionais cujo objetivo é dissuadir que outros Estados usem armas nucleares contra a China (CHINA, 2013).

²⁹ O DF-21D é um míssil balístico antinavio capaz de atingir uma Força nucleada em NAE (Navio Aeródromo), em movimento e a longas distâncias. Possui lançadores móveis que operam em terra e tem o alcance de aproximadamente 1770 Km (EUA, 2007).

conflito, poderia utilizar esse conceito estratégico dentro das áreas marítimas aproximadas (*near seas*), entretanto, tal conceito parece ter sido concebido para se contrapor aos EUA, principalmente no caso de uma eventual intervenção no entorno estratégico chinês, pelos motivos já apresentados. De acordo com Krepinevich (2010), esta estratégia poderia ser usada em duas fases pela China, de maneira a se contrapor aos EUA. Na primeira seria desferido um ataque maciço as posições estadunidenses no Teatro de Operações do leste do Pacífico, seguindo-se uma segunda fase onde seria adotada uma postura defensiva.

Em suma, observa-se que ao longo dos últimos 15 anos, o ambicioso projeto de modernização da MEPL, produziu uma Força tecnologicamente avançada e flexível. Quando em comparação com as marinhas da Ásia, em 2010, já possuía o maior número de navios da região, com mais de 300 navios em seu inventário, dotados de equipamentos e armamentos avançados, entretanto, a mudança gradual para “*open seas protection*” tem exigido um suporte maior as tarefas marítimas além da segunda cadeia de ilhas, com múltiplas missões de longo alcance e plataformas navais com maior autonomia e com grande capacidade de autodefesa (EUA, 2015).

4.2 A Estratégia “*open seas protection*”

Com o propósito de elucidar a evolução da Estratégia Naval chinesa, é importante salientar que “*open seas protection*” não surgiu aleatoriamente, mas representa uma evolução do pensamento chinês sobre como usar a MEPL além das abordagens da China para o mar. Pode-se observar tais ideias em pronunciamentos oficiais em 2004, quando foram atribuídas responsabilidades bem além da China e águas próximas ao EPL (MACDEVITT, 2016).

Mesmo que o discurso oficial da China fosse a manutenção do “*near-seas active defense*” como estratégia principal para a sua modernização naval, o novo conceito de “*open*

seas protection” tem sido empregado desde o final dos anos 1990. A partir do momento em que a MEPL fosse capaz de operar de forma independente e eficiente além da segunda cadeia de ilhas, poderia se tornar uma Marinha regional de águas azuis (LI, 2009).

Segundo Huaqing (2004), a MEPL realizou uma divisão das marinhas mundiais em três categorias: do tipo águas azuis global, do tipo regional defensiva e ofensiva ou regional de águas azuis e do tipo costeira. A marinha dos EUA se enquadra na do primeiro tipo, enquanto as marinhas do Reino Unido, França, Rússia, Japonesa pertencem ao segundo. O objetivo a curto prazo da MEPL seria tornar-se uma marinha do tipo regional de águas azuis. Tal tipo de marinha teria a capacidade de operar efetivamente no controle dos mares dentro da própria região e projetar poder para além de sua região de atuação, de maneira a competir de forma eficaz para o controle do mar e também negar seu uso em outros oceanos.

Como resultado temos uma região que abrange uma vasta área que se estende do noroeste do Oceano Pacífico até o Leste e Norte do Oceano Índico, leste da África, Mediterrâneo Oriental e Mar Vermelho. Para atuação em uma área tão abrangente e extensa, e para que isso ocorra de forma efetiva, é necessário o desenvolvimento de uma capacidade de projeção de poder muito além das 1000 milhas náuticas além de suas águas territoriais (MCDEVITT, 2016).

Em 2001, *Jiang Zemin*³⁰ (1926-) reiterou que enquanto a MEPL implementava a estratégia “*near-seas active defense*”, deveria também no logo prazo, incrementar capacidades operacionais necessárias para a operação em águas distantes. Quando seu sucessor Hu Jintao³¹ (1942-) assumiu o cargo em 2003, reafirmou a necessidade de se fazer essa transição entre estratégias, determinando que seus estrategistas iniciassem os planos para capacitar a MEPL com meios que possibilitassem sua implementação (XINRONG; LIPING,

³⁰ Presidente da China de 12 de outubro de 1992 a 19 de setembro de 2003.

³¹ Presidente da China de 15 de março de 2003 a 15 de março de 2013.

2004).

Em 2012 durante o 18º Congresso do Partido Comunista, Hu Jintao reafirmou que a China tomaria medidas sólidas para proteção de seus direitos e interesses no exterior. Essa proteção inclui a propriedade e os direitos legítimos dos cidadãos chineses e empresas no exterior, bem como os interesses políticos, militares e econômicos, tais como a segurança energética e as LCM (HANG, 2014).

Em que pese essa transição de estratégias, sugere que a proteção de interesses e rotas marítimas no exterior, deve se tornar tão importante para a liderança chinesa, quanto defender a própria China.

De fato a MEPL está engajada no que pode ser caracterizado como uma abordagem de bases avançadas em regiões oceânicas distantes, para apoiar suas operações “*open seas protection*”, o que já tinha sido previsto por Mahan em seu livro. Cabe salientar o papel da liderança chinesa que vem implementando tais bases sob o pretexto da proteção dos interesses chineses e dos seus cidadãos no exterior, tendo que abandonar a antiga política que condenava essas bases devido ao fato de se tratar de uma característica de comportamento hegemônico. Em outras palavras, temos assistido Beijing racionalizando suas bases avançadas de logística na porção ocidental do Oceano Índico, como sendo para o desenvolvimento e segurança regionais (MCDEVITT, 2016).

Como apresentado anteriormente, a China tem uma dependência crescente do petróleo oriundo do Oriente Médio e da África e para tal, necessita garantir que o transporte desses insumos que passam pelo Mar Árábico, Oceano Índico e pelo estreito de Málaca seja garantido, bem como outras matérias-primas que transitam naquela região. A necessidade de proteção das suas LCM e em consonância com a evolução da sua estratégia naval, a China tem buscado por meio de acordos diplomáticos, a concessão de uso de diversas bases navais

ao longo do Oceano Índico, estratégia conhecida como “colar de pérolas”³² como mostrado na figura 7 do Anexo G. Cabendo ressaltar aqui o porto de Gwadar no Paquistão, sendo fundamental para o acesso ao estreito de Hormuz e de importância vital para os países regionais e extrarregionais. Com isso a MEPL teria condições de proteger o tráfego marítimo de seu interesse desde o estreito de Málaca até o estreito de Hormuz (COHEN, 2014).

Como resultado, a MEPL está na vanguarda mantendo esforços para ampliar suas áreas de atuação para além da Ásia. As despesas militares chinesas cresceram a uma taxa média de 8,5% ao ano entre 1991 e 2001, período em que os gastos militares dos EUA e do mundo caíram. Já entre 2001 e 2012, as despesas militares chinesas cresceram a uma taxa média anual de aproximadamente 12%, mais que o dobro das taxas de crescimento dos gastos militares estadunidenses e do mundo no mesmo período. Atualmente, a China mantém o segundo lugar em orçamento militar no mundo, muito acima da observada em 1989, quando ocupava a décima segunda posição atrás da Arábia Saudita. Pode-se observar a evolução dos gastos militares da China no período de 1989 a 2012 em bilhões de dólares na tabela 2 do Anexo H (SIPRI, 2018).

De fato a China está comprometida com a produção em série de navios para essa estratégia, que são os destróieres da classe LUYANG II / III (tipo 052C e 052D), que serão a espinha dorsal da força e operarão com o Porta Aviões LIAONING e em apoio a forças anfíbias expedicionárias. Ademais, a MEPL está construindo navios aeródromos e nos

³² O crescente interesse e influência chinesa, desde o Mar da China Meridional até o Oceano Índico e o Golfo da Arábia, pode ser descrito como a um “Colar de Pérolas”. Cada “pérola” no “cordão de pérolas” é um nexo da influência geopolítica chinesa ou da sua presença militar. As “pérolas” importantes são: - Ilhas Hainã, com instalações militares recentemente aprimoradas; Ilhas Woody, localizadas no arquipélago Paracel a cerca de 300 milhas náuticas a leste do Vietnã; porto de Chittagong, em Bangladesh; o porto de águas profundas em Sittwe, Mianmar; e o porto de Gwadar no Paquistão, que é estrategicamente localizado nas proximidades do Golfo Pérsico. Enquanto a possibilidade de uma guerra étnica assombra o almirantado estadunidense ao considerar o estabelecimento de uma base no Sri Lanka, que é estrategicamente localizada na confluência do Mar da Arábia com a Baía de Bengala, os chineses estão construindo o porto de Hambantota, no Sri Lanka, que estrategicamente se posiciona próximo ao tráfego marítimo no Oceano Índico central. Ele deve se tornar uma importante “pérola” para o controle das LCM (KUMAR, 2009).

próximos 15 anos, terá aumentado significativamente sua capacidade de projeção de poder (MCDEVITT, 2016).

É importante salientar que essa preocupação da China em proteger suas LCM, com um incremento considerável na MEPL, aumenta a instabilidade em toda a região asiática e gera preocupação em Washington. Em contrapartida, uma força antagônica também aumenta, gerando uma corrida armamentista em todo entorno da Ásia, para se opor a esse avanço chinês, como a podemos notar com a modernização das Forças Japonesas, Coreanas e de Taiwan, bem como a ascensão da Índia que busca operar cada vez mais a leste e próximo ao MSC no Oceano Índico. Em meio a esse conturbado cenário geopolítico, a China deve caminhar em direção a manutenção de seu sucesso econômico e manutenção de uma certa estabilidade na região.

Os mares e oceanos fornecem grandes áreas e recursos abundantes para o desenvolvimento sustentável da China e, portanto, são de vital importância para o bem-estar e para o seu futuro. É uma estratégia de desenvolvimento nacional, que está em questão e é essencial que se tenha a capacidade de explorar, utilizar e proteger os mares e oceanos para que a China se transforme em uma potência marítima. É um dever importante para a MEPL salvaguardar os direitos e interesses marítimos da China.

4.3 Conclusão Parcial

Pelo exposto, com o propósito de entender a evolução da Estratégia Naval da China, para uma melhor compreensão, podemos analisá-la através dos limites geográficos das áreas de operação.

Em uma fase inicial, a estratégia “*near seas active defense*”, também conhecida como “*Offshore waters defense*”, observa-se uma ampliação das capacidades militares para

projeção de poder nos mares do sul e leste da China, onde inúmeras disputas territoriais insulares estão em andamento, principalmente no que diz respeito a exploração de recursos existentes nessas regiões, bem como a capacidade de impedir eventuais agressões advindas do mar contra a China.

Além desses fatores, a concepção estabelecida pelo então comandante da MEPL, o almirante Liu Huaqing, foi um marco na mudança da estratégia chinesa. A introdução de uma consciência marítima e novos conceitos como o de Defesa Ativa, balizaram as mudanças da natureza de operação e das áreas de operação da MEPL, servindo de base para o planejamento e desenvolvimento da força.

Da mesma forma, a estratégia “*open seas protection*”, vem sendo implementada em paralelo com a anterior, e visa principalmente a proteção das LCM, que tem impacto direto na economia daquele Estado. Uma vez que a presença de uma grande marinha chinesa se torne realidade em operação no mundo, trazendo essa consciência marítima, a ideia de uma marinha global da MEPL reduzirá as percepções do poder hegemônico estadunidense, em especial em regiões onde apenas os EUA e seus aliados operavam.

No entanto, o equilíbrio existente no Oceano Índico e no Pacífico Ocidental, deverá ser alterado devido a expansão naval chinesa, por colidir com interesses de outras potências marítimas tais como Japão, Índia e os EUA.

Finalmente, não podemos ignorar a influência que as vozes externas tiveram na geração da missão de “*open seas protection*”. Se a China tinha dúvidas sobre a dependência de sua economia, que é extremamente ligada a suas LCM e para a sobrevivência do regime, essa incerteza há muito tempo foi removida por um número de “estrategistas” ocidentais, que deixaram registrado que em tempo de guerra o caminho para colocar a China de joelhos era apenas cortar suas LCM.

5 CONCLUSÃO

A política de industrialização e as reformas implementadas na China a partir da década de 70 agravaram a dependência de petróleo e matérias-primas que são primordiais para a sustentação do crescimento da economia. Tal crescimento econômico chinês e a integração ao mercado internacional revelaram uma questão estratégica fundamental que é a dependência energética e alimentar.

Essa alteração no consumo chinês aumentou a necessidade da manutenção das rotas marítimas para seu abastecimento e escoamento da sua produção. Não obstante, claramente diante dos fatos, a importância da manutenção da LCM tornou-se fundamental para o China, haja vista que seu comércio é prioritariamente realizado pelo modal marítimo.

A escolha do MSC como objeto de estudo deste trabalho teve a finalidade de identificar como as características geográficas da região e as disputas territoriais marítimas influenciaram a evolução da estratégia naval chinesa. Dessa maneira, buscou-se responder ao seguinte questionamento: Como a geografia do MSC influencia sua Estratégia Naval em relação aos Oceanos Índico e Pacífico?

No capítulo dois deste trabalho, foi apresentado a Teoria do Poder Marítimo de Alfred Thayer Mahan, que usamos para o desenvolvimento da pesquisa de maneira a realizar uma comparação com as hipóteses levantadas a fim de se obter amparo para os resultados.

No capítulo seguinte foram apresentadas como a Geopolítica e a Geoestratégia Marítima da China estão intimamente ligadas e de que maneira influenciaram a formulação da Estratégia Naval.

No capítulo quatro foram apresentadas as estratégias navais chinesas e como elas evoluíram no período compreendido entre 1980 e 2015, comparando-as com as hipóteses, de maneira a verificar se efetivamente a estratégia naval chinesa tem tendências mahanianas e está realmente buscando se expandir para além do seu entorno. Daremos prosseguimento com

detalhamento das nossas conclusões.

Estudando o modelo teórico do Poder Marítimo de Mahan, viu-se que a capacidade de se movimentar no mar livremente e de controlar suas LCM são fundamentais para os Estados manterem suas economias com crescimento econômico, sendo determinantes para a sua prosperidade. Tal domínio dos mares, seria alcançado por meio de um Poder Marítimo forte, detentor de uma Força Naval, navios mercantes e bases de apoio distantes. Como consequência desse Poder Marítimo, temos um Estado comprometido com a manutenção do seu comércio exterior livre e com segurança ao longo de suas rotas marítimas, servindo de base para a criação e expansão das riquezas nacionais. A obra analisada nos permitiu extrair conceitos importantes para o desenvolvimento da pesquisa, como o de pontos focais e dos triângulos estratégicos, que foram fundamentais para o entendimento da importância do Estreito de Málaca e o porto de Gwadar no Paquistão para a China, o primeiro por ser um ponto focal onde mais de 80% do petróleo que a China importa tem que transitar e o segundo por garantir o acesso ao Golfo Pérsico.

As hipóteses formuladas foram que a estratégia naval da China tem tendências mahanianas e está buscando se expandir para fora das áreas do seu entorno. Como apresentado durante a pesquisa, vimos que a China tem realizado altos investimentos na ampliação de suas forças armadas, em especial da MEPL de maneira a aumentar seu grau de abrangência. Levando-se em consideração o valor dos investimentos, incremento na Força Naval e sua capacidade, conseguiu-se parâmetros para tal qualificação. A estratégia naval chinesa realmente tem tendências mahanianas e está expandindo para além do seu entorno, investindo em uma marinha que tenha o domínio do mar e abrangência global.

Ao se verificar a evolução das estratégias navais da China, comparando-as com a avaliação das hipóteses, vimos que na transição de estratégias ocorre um incremento na

capacidade de construção naval e uma versatilidade para construção de meios que atendam essa demanda. A realização de um estudo aprofundado sobre a modernização da construção naval chinesa seria importante para o Brasil. Foi observado também que ambas as estratégias desenvolvidas no período compreendido entre 1980 e 2015 se complementam e coexistem, demonstrando a importância de planejamentos de longo prazo.

Analisando a situação, podemos ver algumas tendências, a primeira diz respeito ao fato da percepção da China em expandir seu domínio para o Oceano Índico com a estratégia do colar de pérolas, que busca envolver a região do Oceano Índico com bases de apoio chinesas, fundamentais para o acesso a África e ao Golfo Pérsico. E a segunda tendência, diz respeito ao crescimento acelerado do Poder Naval da China, com a incorporação crescente de meios, nitidamente buscando o domínio do mar como pregado por *Mahan*.

Com isso, podemos chegar a conclusão que a projeção em águas azuis da MEPL é um caminho que a China busca de maneira acelerada, e com as demonstrações dadas ao longo das últimas décadas, será alcançada. A pesquisa indicou que o Domínio dos Mares será conseguido a partir de algumas ações que a China vem desenvolvendo, tais como: a expansão das suas áreas de influência para o oceano Índico, África e Golfo Pérsico. Além do incremento nos investimentos na MEPL.

Contudo, esse caminho não parece tão fácil de se percorrer, porque se por um lado temos a Índia no oceano Índico se aproximando cada vez mais do estreito de Málaca, por outro temos uma muralha, bem estruturada e defendida no oceano Pacífico. Uma linha de defesa muito bem armada e alinhada aos EUA que contam com Taiwan, Coreia do Sul e Japão, além é claro da sua sétima Esquadra na região aumentando o desafio chinês.

A pesquisa nos permitiu verificar que a conformação geográfica da China foi

fundamental para a formulação de suas estratégias, ou seja, como a geografia da região foi determinante para uma estratégia naval baseada no domínio dos mares.

Entretanto, tão importante quanto a pesquisa concluiu, é o que ela sugere. Durante toda a pesquisa foi observada uma postura defensiva em toda evolução da estratégia chinesa, o que ficou caracterizado no emprego da MEPL ao longo desse período. Todavia, a postura agressiva e mahariana que começou a ser adotada no MSC contra Estados mais fracos, denota uma mudança de comportamento chinês quando interesses estratégicos estão em questão.

Apesar do incremento que vem ocorrendo na Força Naval, a projeção para o Oceano Pacífico tão almejada pela MEPL, passa pela conquista de Taiwan, onde um confronto direto entre China e EUA é pouco provável nesse momento. Caso a anexação não ocorra de maneira natural e com a anuência dos envolvidos, pode-se esperar algum tipo de conflito na região no futuro.

A medida que o emprego de submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos que tem um grande poder de dissuasão, torna-se efetivo por parte dos chineses, pode-se conjecturar um cenário possível de utilização desses navios no Oceano Atlântico, fruto de uma deterrência nuclear, inclusive no entorno estratégico do Brasil. Não obstante, parece uma ideia factível, haja vista que a operação desses navios no Oceano Pacífico torna-se mais limitada em virtude das capacidades das marinhas que operam na região, como a esquadra russa do Pacífico, a marinha japonesa, a marinha de Taiwan e além é claro da sétima Esquadra da marinha dos EUA que possui maior capacidade do que as outras e opera em toda a região do Oceano Pacífico.

Assim, podemos dar início a uma nova linha de pesquisa na área de estudos estratégicos, abordando questões diretamente ligadas aos interesses brasileiros no Atlântico Sul e a defesa do entorno estratégico do Brasil contra essa ameaça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de: *Os Gigantes da Estratégia Naval: Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. 307 p.

ALMEIDA, Álvaro. *Economia Aplicada para Gestores*, Cadernos IESF, 2007. 252 p.

ANDERSON, Duncan. *The Falklands War 1982*. Elms Court: Osprey. 2002. 95 p.

BARRIOS, Miguel Angel. *Diccionario latinoamericano de seguridad y geopolítica*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2009. 390 p.

BHASCAR, Uday Commodore. *Strategic sustainment?: China's ships, silk roads, and Indian Ocean presence*. IHS Jane's Navy International. 2014.

BAKER, Rodger; ZHANG, Zhixing. *O paradoxo da estratégia naval da China*. North Chesterfield. 2012. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2012/07/22/opinioao-estrangeira-o-paradoxo-daestrategianaval-da-china/>>. Acesso em: 06 junho 2018.

BLASKO, Dennis J. *The 2015 Chinese defense white paper on strategy in perspective: maritime missions require a change in the PLA mindset*. China Brief, v. 15, 2015. Disponível em: <http://www.jamestown.org/programs/chinabrief/single/tx_ttnews>. Acesso em: 20 mai. 2018.

BO, H. *Harmony is the theme of China's ocean strategy*. People's Daily Online, 17 July 2013. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/90883/8330630.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD35-G-01. *Glossário das Forças Armadas*. Brasília, 2015.

BRASIL. Estado Maior da Armada. EMA-305. *Doutrina Militar Naval*. 1 ed. Brasília: 2017.

CASTRO, Therezinha de. *Geopolítica: princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 1999. 389 p.

CARMONA, Ronaldo Gomes. *Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan, Mackinder e a "grande estratégia" do Brasil para o século XXI*. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CHINA. *China's military strategy*. Beijing, CN: State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015.

CHINA. *China's National Defense*. Beijing, CN: State Council Information Office of the People's Republic of China. 2013

CHUNYU, Huang. *Naval strategy*. Master of Military Studies Programme, Nanjing: Naval Command College of People's Liberation Army Navy, 2013.

COHEN, Saul B. *Geopolitics : the geography of international relations*. 3 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014. 491 p.

COLE, Bernard D. *The history of the twenty-first-century Chinese navy*. Naval War College Review, Newport v. 67, n. 3, p. 43-62, 2014. Disponível em: <<https://www.usnwc.edu/getattachment/The-History-of-the-Twenty-First-Century-Chinese-Na.aspx>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

COSTA, Wanderley Messias de. *Geografia, Política e Geopolítica*. São Paulo: EDUSP. 2008. 352 p.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776 p.

CROWL, Philip A. Alfred Thayer Mahan: *O Historiador Naval*. In: PARET, Peter. Construtores da Estratégia Moderna. TOMO 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. v. 379, c. 16, p. 589-631.

ERICKSON, Andrew S; GOLDESTINEIN, Lyle J. *China goes the sea: maritime transformation in comparative historical perspective*. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. 526 p.

GRYGIEL, Jakub J. *Great Powers and Geopolitical Change*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006. 267 p.

HANG, Z; Duchatel, M; Brauner, O. *Protecting China's Overseas Interests: the slow shift away from non-interference*. Stockholm: International Peace Research Institute, 2014.

HARTNETT, Daniel. *The father of the modern chinese navy - Liu Huaqing*. Center for International Maritime Security. CIMSEC. 2014. Disponível em: < <http://cimsec.org/fathermodern-chinese-navy-liu-huaqing>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

HOLMES James R; YOSHIARA, Toshi. *Chinese Naval Strategy in the 21st Century: The Turn to Mahan*. London: British Library Cataloguing in Publication, 2009. 167 p.

KAPLAN, Robert D. *The Revenge of Geography – What the Map Tell Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate*. Nova Iorque: Random House, 2012. 448 p.

KAPLAN, Robert D. *South China sea is the future of conflict*. *Foreign Policy*, 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/08/15/the-south-china-sea-is-the-future-of-conflict/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

KUMAR, Deepak. *A competição no Oceano Índico à luz do emergente triângulo estratégico*. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, n. 14, p. 123-153, 2009. Disponível em:<[https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2009/A competição no oceano índico à luz do emergente triângulo estratégico – Deepak Kumar.pdf](https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2009/A%20competi%C3%A7%C3%A3o%20no%20oceano%20%C3%ADico%20%C3%A0%20luz%20do%20emergente%20tri%C3%A2ngulo%20estrat%C3%A9gico%20-%20Deepak%20Kumar.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2018.

LI, Nan. The evolution of China's naval strategy and capabilities: from “near coast” and “near seas” to “far seas”. *Asian Security*. Nova Iorque, v. 5, n. 2, p. 144-169, 2009. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14799850902886567>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

MACKINDER, H. J., *The Geographical Pivot os History*. The Geographical Journal, Vol. 23, No.4, 1904.

MACKINDER, H. J., *Democratic Ideals and Reality*. A Study in the Politics os Reconstruction. National Defense University Press, 1996, pp. 175–193

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*. United States of America. Dover Publications, Inc., 31 East 2nd Street, Mineola, N.Y. 11501, 1987. 557 p.

MAHAN, Alfred Thayer. *The interest of American in sea power, present and future*. Boston, 1897 *apud* PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

MARTIN, André Roberto. *Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: o anti-Golbery*. 2007. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo 2007. 133 p.

MARSHALL, Tim. *Prisoners of Geography*. London:TJ Internacional Ltd. 2015. 256 p.

McDEVITT, Michael. *China's far sea's navy: the implications of the "open seas protection" mission*. A paper for the "China as a maritime power" conference. Airlington, 2016. Disponível em: <https://www.cna.org/cna_files/pdf/China-Far-Seas-Navy.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

MEARSHEIMER, John. The False Promise of International Institutions. *International Security*, Vol. 19, No. 3, p. 5-49, 1995. Disponível em: < <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0021.Pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova York: WW Norton & Company, 2001. 555 p.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Geopolítica do poder terrestre revistada*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, v. 34, p.55-69, 1994. Quadrimestral. Disponível em: <<https://books.google.com.br/booksid=f44>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MEDEIROS, Roberto Carvalho de. *Reflexões sobre as ambições marítimas da China na atualidade (parte 2 de 3)*. Brasília, p.1-3, nov. 2007. Disponível em: <www.sagres.org.br/artigos/ambicoes_china_03.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *A ASCENSÃO NAVAL CHINESA E AS DISPUTAS TERRITORIAIS MARÍTIMAS NO LESTE ASIÁTICO*: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-Brasília: Ipea. 2015. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images>>

/stories/PDFs/TDs/td_2058.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2018.

MOREIRA, Carlos Teixeira. *Alfred Thayer Mahan*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/11873527/ALFRED_THAYER_MAHAN>. Acesso em: 23 abr. 2018.

MOURA, José Augusto Abreu de. *A estratégia naval brasileira no pós-guerra fria: uma análise comparativa com foco em submarinos*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2014. 368 p.

MULVENON, James; YANG, Andrew. *The People's Liberation Army as organization*. Santa Monica: RAND, 2002. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/conf_proceedings/CF182/>. Acesso em: 06 mar. 2018

NOLAN, P. *Re-balancing China: essays on the global nancial crisis, industrial policy*. London: Anthem Press, 2014. 264 p.

NYE JR, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Gente, 2009. 369 p.

PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001. 676 p.

POTTS, Jerry. *The han became the first nuclear-powered submarine for the PLA-N*. 2014. Disponível em: <http://www.militaryfactory.com/ships/detail.asp?ship_id=Type-091-Han>. Acesso em: 30 jun. 2018.

QUAGIO, Ivan. *Olhos Abertos - A História da Nova China*. São Paulo: Editora Francis, 2009. 275 p.

RIBEIRO, Antônio Silva. *Mahan e as marinhas como instrumento político*. Actas do XI Simpósio de História Marítima, Lisboa, Academia de Marinha, 2010. Disponível em: <www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=569>. Acesso em: 04 Jun. 2018.

ROEDEL, Cezar Cauduro. *Águas Conflituosas, Águas perigosas: a disputa Sino-Americana no Mar do Sul da China*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2012. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle>>. Acesso em 25 de jun de 2018.

ROSENBERG, David. *Governing the South China Sea: From Freedom of the Seas to Ocean Enclosure Movements*. Harvard Quarterly, Middlebury College, 2011. Disponível em: <http://www.southchinasea.org/files/2013/02/Governig_The_South_China_Sea.pdf> Acesso em: 27 jun. 2018.

SANTOS, Carlos José Crêspo. *A geopolítica de expansão dos EUA e as teorias geopolíticas clássicas*. Revista de Geopolítica, Natal, v. 3, n. 2, p.173-194, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/62/57>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

SCORPORATE. *Terrorismo Marítimo e Pirataria*. Porto Alegre. 2017. Disponível em: <<https://3scorporate.wordpress.com/2017/02/23/terrorismo-maritimo-e-pirataria/>>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

SHAOFENG, Chen. *China's self-extrication from the "Malacca Dilemma" and implications*. Peking University. 2010. Disponível em: <<http://ics.um.edu.my/images/ics/IJCSV1N1/chen.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

SIPRI – STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. *Military expenditure database*. Stockholm: Sipri. Disponível em: <<http://www.sipri.org>> Acesso em: 05 jul. 2018.

STRAVRIDIS, James. *Sea Power: The History and Geopolitics of the Wolrds Oceans*. New York: Penguin Press, 2017. 363 p.

TILL, Geoffrey. *Seapower: a guide for the twenty-first century*. 2.ed. New York: London: Routledge, 2009. 409 p.

TILL, Geoffrey. *PODER MARÍTIMO: QUESTÕES RELEVANTES E DESAFIOS*. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p.8-31, jun. 2006. Semestral.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*, v.225. 1ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. 103 p.

VACARALLI, Thomas F.X. "National Interest and Moral Responsibility in the Political Thought of Admiral Alfred Thayer Mahan," *Naval War College Review*: Vol. 69: No.2, Article 9. 2016. Disponível em: <<http://digital-commons.usnwc.edu/nwc-revieW/vol69/iss2/9>> Acesso em: 20 abr. 2018.

XIAOXING, Gao. *La armada del ejército popular de liberación de China*. Beijing, CN: China Intercontinental Press, 2013. 232 p.

ANEXO A



FIGURA 1 - Triângulo estratégico de Mahan aplicado aos Estados Unidos
Fonte: QUEIROZ, Fabio Albergaria. *Teorias Geopolíticas*.
Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B_4GXaawcZv9XzJCS0R3T3BGSEU>. Acesso em: 17 jun. 2018.

ANEXO B



FIGURA 2 – Mar do Sul da China

Fonte: U.S. Energy Information Administration, International Hydrographic Organization. Disponível em: < <https://www.eia.gov/beta/international/regions-topics.cfm?RegionTopicID=SCS>>. Acesso em: 02 AGO. 2018

ANEXO C



FIGURA 3 – First Island Chain.

Fonte: STRATFOR. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/japans-latest-military-exercise-sends-message-china>> Acesso em: 17 jun. 2018.

ANEXO D

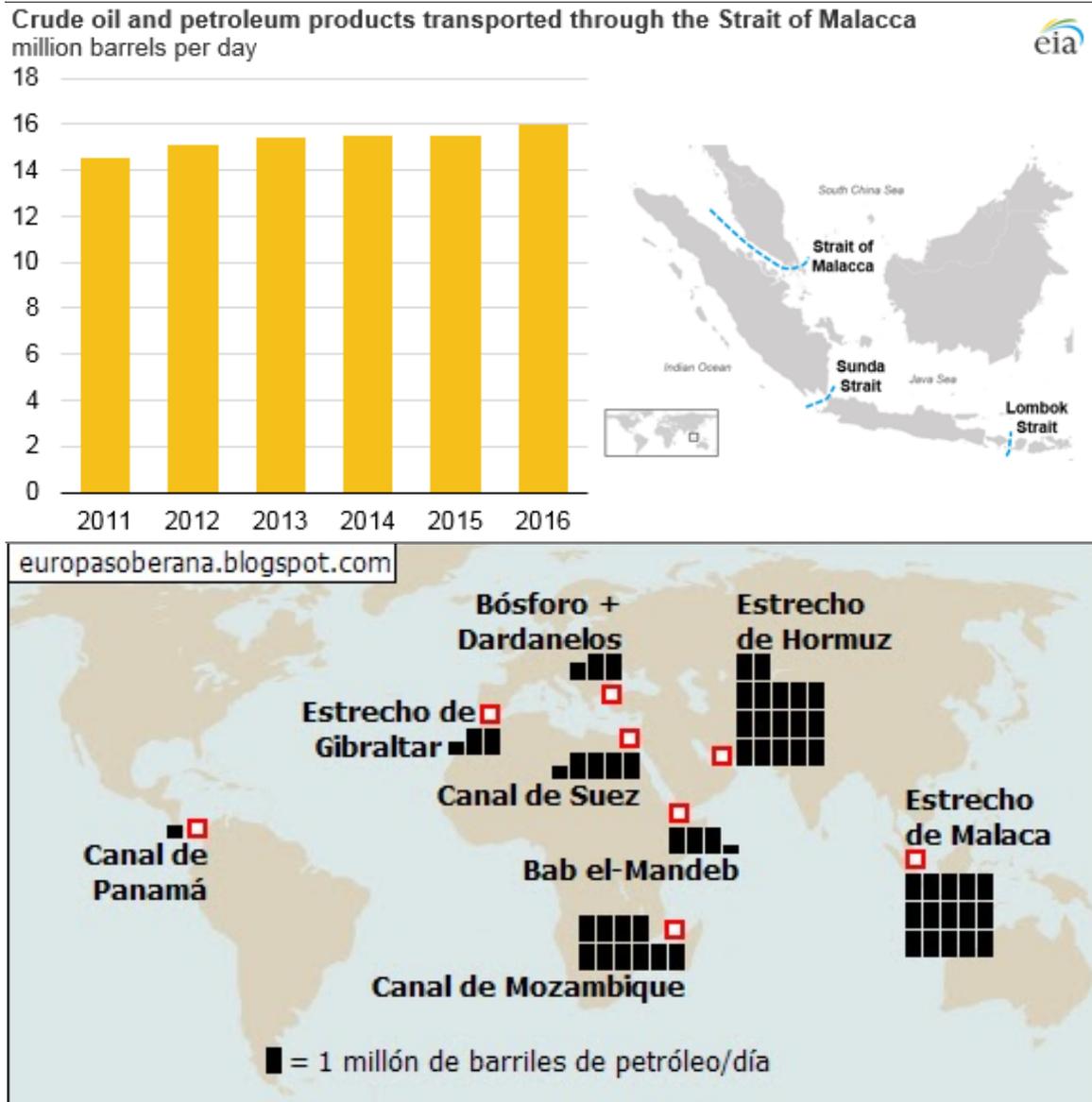


FIGURA 4 – Rota Petrolífera no Estreito de Málaga

Fonte: US ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA).

Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=32452>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

ANEXO E



FIGURA 5 – Triângulo Estratégico de Mahan transportado para a o domínio Chinês com vértices em Taiwan, Estreito de Málaca e Paquistão.

Fonte: WELT, Atlas.

Disponível em: <https://www.welt-atlas.de/map_of_world_map_of_the_world_politically_0-9000>. Acesso em: 02 ago. 2018

ANEXO F



FIGURA 6 – Área de abrangência das Estratégias “Offshore waters defense” e “Open seas protection”.

Fonte: LI, 2009, p.147.

ANEXO G



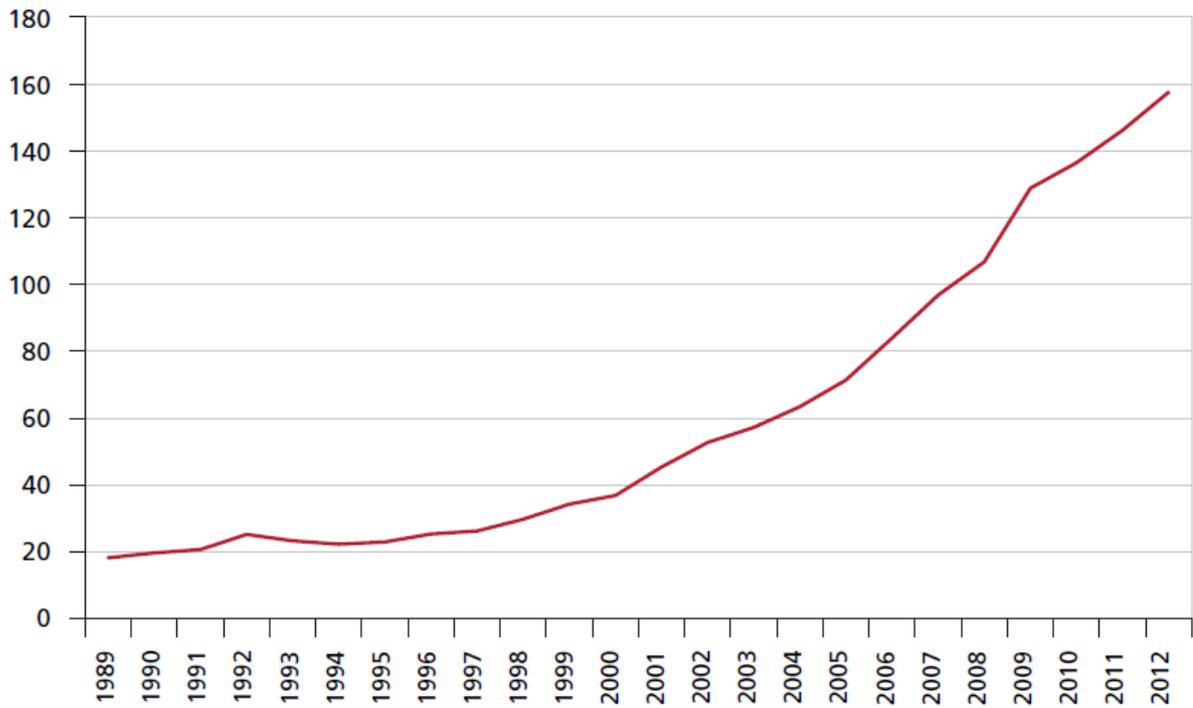
FIGURA 7 – Estratégia do Colar de Pérolas da China.

Fonte: VÁZQUEZ, 2013, p. 127.

- Notas: 1. Hong Kong (China);
2. Sanya (Ilhas Hainan, China);
3. Ilha Woody (Ilhas Paracel);
4. Ilhas Spratly;
5. Sihanoukville (Kampong Som) e Ream (Camboja);
6. Istmo de Kra (Tailândia);
7. Ilhas Coco (Myanmar);
8. Kyaoukpyu (Myanmar);
9. Chittagong (Bangladesh);
10. Hambantota (Sri Lanka);
11. Marao (Maldivas); e
12. Gwadar e Pasni (Paquistão).

ANEXO H

TABELA 1 – Investimento militar da China no período de 1989 a 2012 (em US\$ Bilhões).



Fonte: SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute).

Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database>.

Acesso em: 25 jun. 2018.

ANEXO I

TABELA 2 – Relação entre áreas terrestres e marítimas das 10 maiores economias do mundo, ordenadas pelo PIB de 2012.

	Mar territorial + ZEE (milhões km ²) (A)	Área terrestre (milhões km ²) ¹ (B)	Relação (mar territorial + ZEE)/área terrestre (A/B)
1 Estados Unidos	12,20	9,84	1,24
2 China	0,88	9,60	0,09
3 Japão ²	4,07	0,38	10,78
4 Alemanha	0,06	0,36	0,16
5 França	10,18	0,67	15,26
6 Reino Unido	6,80	0,32	21,51
7 Brasil	3,66	8,51	0,43
8 Rússia ²	7,53	17,10	0,44
9 Itália	0,54	0,30	1,78
10 Índia	2,30	3,29	0,70

Fonte: MORAES, 2015, p. 568

Notas:¹ Inclui as águas interiores.

²Japão e Coreia do Sul possuem um regime conjunto para a exploração de parte de suas ZEEs. O total desta área é de 83.419 km², a qual, para os propósitos desta tabela, foi dividida entre os dois países. Possuem, também, uma área de 66.309 km² em disputa, a qual foi desconsiderada. Japão e Rússia possuem uma área em disputa de 213.951 km², a qual também foi desconsiderada.